

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

LUCIANA CONCEIÇÃO LEMOS DA SILVEIRA

RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE QUILOMBOLA: PEIXOTO DOS BOTINHAS E
CANTÃO DAS LOMBAS – MUNICÍPIO DE VIAMÃO (RS)

Porto Alegre

2010

LUCIANA CONCEIÇÃO LEMOS DA SILVEIRA

RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE QUILOMBOLA: PEIXOTO DOS BOTINHAS E
CANTÃO DAS LOMBAS – MUNICÍPIO DE VIAMÃO (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

Série PGDR – Dissertação nº 124

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

S587r Silveira, Luciana Conceição Lemos da
Relações de reciprocidade quilombola : Peixoto dos Botinhas e
Cantão das Lombas – município de Viamão (RS) / Luciana Conceição
Lemos da Silveira. – Porto Alegre, 2010.
97 f. : il.

Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos.

Série PGDR – Dissertação, n. 124).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre,
2010.

1. Quilombos : Território : Viamão (RS). 2. Quilombos : Viamão (RS).
3. Comunidade Peixoto dos Botinhas (Viamão, RS). 4. Comunidade Cantão
das Lombas (Viamão, RS). I. Anjos, José Carlos Gomes dos. II.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências
Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III.
Título.

CDU 332.24.012.34

LUCIANA CONCEIÇÃO LEMOS DA SILVEIRA

RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE QUILOMBOLA: PEIXOTO DOS BOTINHAS E
CANTÃO DAS LOMBAS – MUNICÍPIO DE VIAMÃO (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de junho de 2010.

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos - Orientador

PGDR/PPGS/UFRGS

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

PGDR/PPGS/UFRGS

Profa. Dra. Lúcia Regina Brito Pereira

PPGH/PUCRS

Profa. Dra. Laura Cecília Lopez

PPGSC/UNISINOS

A minha mãe pelo amor incondicional, ao meu
companheiro e aos quilombolas do Cantão das
Lombas e Peixoto dos Botinhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe Gelci e meu companheiro Jeferson pelo apoio, incentivo e a insistência para que eu não desistisse desta etapa tão importante que é um curso de pós-graduação. Seus gestos e palavras foram o que me deram forças para prosseguir, vocês foram fundamentais nos momentos mais difíceis desta trajetória.

À minha amiga Ieda, pela convivência que mantivemos nas disciplinas do PGDR e por dividir comigo alegrias, tristezas e frustrações. À amiga Luísa pela sua parceria e serenidade. Ao amigo Cristian pelos momentos de troca, conhecimento e pela sua alegria contagiante.

As secretárias do PGDR, Lisiane e Marilene pela ótima receptividade que tive ao chegar ao Programa e por terem me auxiliado a caminhar e me apropriar de normas e regras de uma Universidade Pública.

Meu respeito e agradecimento em especial ao Orientador, Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos por toda serenidade que manteve ao longo do processo de elaboração e construção da dissertação frente as minhas dificuldades e limitações.

As famílias quilombolas que abriram à porta de suas casas e me acolheram com muito carinho e respeito. Compartilhamos muitos momentos de reciprocidade e dádivas. Os vínculos de amizade foram fortalecidos e nunca serão esquecidos e sim mantidos ao longo de nossas vidas.

ENCONTREI MINHAS ORIGENS

Oliveira Silveira

Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
..... livros
encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas
encontrei minhas origens
no leste
no mar em imundos tumbeiros
encontrei
em doces palavras
..... cantos
em furiosos tambores
..... ritos
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos
encontrei
encontrei-as enfim
me encontrei

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as relações de reciprocidade entre duas comunidades tradicionais negras, remanescentes de quilombos, localizadas na zona rural do município de Viamão/RS. Serão problematizados dados etnográficos e teorias sociais quanto ao encontro entre determinadas formas de sociabilidade ancoradas no parentesco, na reciprocidade e na amizade e o que faz com que essas comunidades estejam em condições de reivindicar na pauta da agenda quilombola. O objetivo deste trabalho reside não em certificar a condição quilombola da comunidade, mas sim, em evidenciar como a reciprocidade no parentesco se configura como condição de raridade da enunciação enquanto um coletivo quilombola. E concluo, retomando o modo como os conceitos de contraste étnico e reciprocidade podem ser conjugados na problemática quilombola.

Palavras-chave: Reciprocidade. Parentesco. Quilombos. Etnicidade. Território.

ABSTRACT

This study intends to analyze the reciprocity relations between two traditional black communities, remnants of Quilombo, located in the rural area of the municipality of Viamão / RS. In this study shall be problematized ethnographic data and social theories about the encounter between certain forms of sociability anchored on kinship, reciprocity and friendship and which makes these communities able to claim in the Quilombola agenda. The objective of this work lies not in making sure the condition of the Quilombola community, but, in evidence as the reciprocal relationship is configured as a condition of rarity of enunciation as a collective Quilombola. And I conclude by reiterating how the concepts of reciprocity and ethnic contrast may be combined in Quilombola problem.

Keywords: Reciprocity. Kinship. Quilombo. Ethnicity. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Viamão, RS.....	16
Figura 2 - Localização das comunidades quilombolas	17
Figura 3 - Conjunto de cantores e dançarinos “Os Botinhas” década de 40	34
Figura 4 - Confraternização de Natal no salão Princesa Isabel em 1983.....	35
Figura 5 - Celebração de casamento entre quilombolas do Cantão e Peixoto dos Botinhas no salão Princesa Isabel em 1948	38
Figura 6 - Conjunto “Os Botinhas” Terno de Reis	43
Figura 7 - Cantão das Lombas – Residência de Alvina.....	52
Figura 8 - Quilombolas do Cantão das Lombas e dos Botinhas em Reunião com o prefeito de Viamão	56
Figura 9 - Família Moren Peixoto – Quilombo Peixoto dos Botinhas	59
Figura 10 - Família do Sr. Afonso Silva – Quilombo Peixoto dos Botinhas	60
Figura 11 - Quintal da Residência do Sr. Arno Gomes “Tio Cai Cai” – Quilombo Cantão das Lombas	64
Figura 12 - Sr. Arno Gomes “Tio Cai Cai” – Quilombo Cantão das Lombas	67
Figura 13 - Quilombo Cantão das Lombas – Reunião com poder público municipal	73
Figura 14 - Quilombo Cantão das Lombas.....	75
Figura 15 - Sr. Bento – Comunidade Negra de Tapumes	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CF – Constituição Federal

FCP – Fundação Cultural Palmares

IACOREQ – Instituto de Apoio às Comunidades Remanescentes de Quilombos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINC – Ministério da Cultura

MPF – Ministério Público Federal

OIT – Organização Internacional do Trabalho

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO: DÁDIVA, RECIPROCIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO.....	21
2.1 DÁDIVA.....	21
2.2 RECIPROCIDADE	25
3 A RECIPROCIDADE SIMÉTRICA NO INTERIOR DAS COMUNIDADES	29
3.1 O MITO FUNDADOR	29
3.2 AS FESTIVIDADES QUILOMBOLAS.....	33
3.3 RELIGIOSIDADE E TERRITÓRIO	46
4 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE ASSIMÉTRICAS COM AGENTES DO PODER PÚBLICO E FAZENDEIROS LOCAIS	48
4.1 ASSIMETRIAS COM OS FAZENDEIROS LOCAIS	48
4.2 DAS REDES DE ASSIMETRIA À ORGANIZAÇÃO CORPORADA	54
5 INTER-RELAÇÃO COM OUTRAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS..	58
5.1 INTER-RELAÇÃO COM A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS CANTÃO DAS LOMBAS	58
5.2 DÁDIVAS ANCESTRAIS E A POLÍTICA INTER-COMUNIDADES	70
5.3 COTIDIANO E A TRAMA DE PARENTESCO DE UMA LIDERANÇA QUILOMBOLA.....	77
5.4 OS VÁRIOS “LADOS” DO TERRITÓRIO.....	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

O tema central do trabalho refere-se a relações de reciprocidade entre duas comunidades tradicionais negras, remanescentes de quilombos, localizadas na zona rural do município de Viamão/RS. A idéia, ao propor um estudo sobre as relações de reciprocidade entre duas comunidades quilombolas, atende a um propósito teórico e visa também responder a uma problemática que se instalou na mídia. Por um lado, teoricamente os estudos sobre comunidades tradicionais enfatizam o contraste com o entorno diminuindo a pertinência das especificidades das relações internas às comunidades. Nesse ponto, o desafio teórico é responder quanto ao que nas relações internas ao grupo sustenta a possibilidade de um contraste étnico com o entorno. Por outro lado, a mídia ataca a autodeclaração, numa associação com a idéia de que o contraste é manipulável pelo grupo.

Na esteira de Barth, para Diegues (2000), por exemplo, comunidades tradicionais são aquelas que apresentam traços culturais que a diferenciam da população que está em seu entorno. São comunidades que se auto-identificam ou são identificadas pelos "outros" como pertencendo a culturas distintas. Outro traço ressaltado é o fato da moradia e ocupação do território se dar por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados. São comunidades tradicionais os "povos indígenas", as comunidades "remanescentes de quilombos", os "caboclos ribeirinhos", as "populações tradicionais marítimas", que se subdividem em "pescadores artesanais" e os "caçaras", entre outras. As descrições internas que se seguem a esse tipo de definição tendem a fundamentar sub-repticiamente o contrastivismo numa modalidade culturalista de primordialismo.

Não se discutiu ainda o quanto, esse tipo de análise das condições de existência das comunidades tradicionais oferece flancos à mídia associada aos grandes interesses no agronegócio, e que nos últimos anos vêm propagando a idéia de um grande risco associado à idéia de que o dispositivo da auto-atribuição étnica estaria na base das invenções "antropológicas" de comunidades tradicionais.

Em contraposição ao senso estabelecido pela mídia, neste estudo, pergunto pelas condições de raridade da afirmação étnica enquanto comunidade quilombola.

Mais concretamente, problematizo dados etnográficos e teorias sociais quanto ao encontro entre determinadas formas de sociabilidade ancoradas no parentesco, na reciprocidade e na amizade e o que faz com que essas comunidades estejam em condições de reivindicar na pauta da agenda quilombola.

As comunidades remanescentes de quilombos de Viamão se auto-identificaram como quilombolas entre 2002 e 2004. Por uma cadeia de mediações acadêmicas e militantes, a auto-afirmação, em Viamão, traduz de certo modo os estudos históricos e antropológicos que evidenciam os quilombos como espaços de construção de uma espécie de sociedade paralela, baseada em princípios de convivência e formas de reprodução diferenciadas das arroladas pela sociedade “oficial”, ou seja, em que o isolamento tem o significado de manutenção das fronteiras simbólicas.

Seria de todo interessante, um estudo sobre o modo como nas comunidades quilombolas atuais se dá o processo de reinterpretação do termo quilombo. Em sua conceituação colonial foi definido pelo Conselho Ultramarino em 1740, como: “[...] toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. (ALMEIDA, 2002a, p. 47).

Esta primeira definição sofreu ajustes no transcorrer do período colonial e imperial, de acordo com regiões e épocas, tendo sido objeto de referência para elaboração de legislações provinciais. Poder-se-ia colocar as atuais transformações constantes nas instruções normativas (IN's) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na esteira de transformações na categorização de populações negras marginalizadas e que representam resistências e enquadramento.

As comunidades hoje identificadas como quilombolas se formaram a partir da ocupação de áreas consideradas devolutas e impróprias às atividades produtivas dominantes, ou se constituíram através da compra de uma área, cujo pagamento se deu através do trabalho. Estas distintas formas de territorialização não estão excluídas da categoria mais geral de processos de resistência continuada ao aprisionamento da força do trabalho negro através de múltiplas formas de territorialização. Em Viamão, a aquisição de terras, na comunidade Cantão das Lombas se deu através de herança de uma fazendeira chamada Nica Gomes e na comunidade Peixoto dos Botinhas a constituição do território se deu através da

ocupação de terras devolutas por duas africanas que desembarcaram na Lagoa dos Patos e ergueram ranchos na localidade chamada Valos em Viamão. As relações entre passado e presente nestas comunidades são latentes, pois a herança deixada pelos antepassados reflete-se na importância atribuída à família e à reciprocidade ligada ao parentesco.

O objetivo deste trabalho reside não em certificar a condição quilombola da comunidade, mas sim, em evidenciar como a reciprocidade no parentesco se configura como condição de raridade da enunciação enquanto um coletivo quilombola. Ao apontar para a constatação da raridade relativa das comunidades quilombolas, me afasto da perseguição das condições necessárias para que se defina uma comunidade como quilombola. Limito-me a constatar que em um município com a história da Viamão, o fato de até ao momento apenas duas comunidades terem se afirmado como quilombola indica o peso das exigências que sustentam tal enunciação enquanto um coletivo negro.

Se tomarmos os indícios da história oficial do município, percebemos que a presença negra é uma constante a partir da colonização do Estado. A partir de 1732, o Rio Grande de São Pedro - como era conhecido o que viria a ser o Rio Grande do Sul - passou a atrair colonizadores que se radicaram na região de Viamão. O município, portanto, foi um dos primeiros núcleos de povoamento do Estado, formado por lagunenses, paulistas, africanos escravizados e portugueses. Só a partir de 1752 chegaram os primeiros casais de imigrantes açorianos, que desembarcaram na região de Itapuã. Esses açorianos são os mesmos que colonizaram a região do Porto dos Casais, atual capital do Estado. Além de Porto Alegre, a população de Viamão originou, cidades no Rio Grande do Sul, como Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo, Taquari e as cidades do litoral norte. A influência indígena do município é originária dos mbyá-guaranis e kaingangs.

O município de Viamão, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2002), possui o maior índice populacional de negros da região metropolitana de Porto Alegre. No município três comunidades negras auto identificaram-se como sendo remanescentes de quilombos. Há indícios de que existam mais comunidades do que já foi auto-identificado, até o presente momento.

Além de o município possuir o maior índice populacional de negros da região metropolitana atualmente é o maior em extensão territorial da grande Porto Alegre.

Na agricultura destaca-se a produção de arroz e caqui e na pecuária a criação de bois, ovelhas e suínos.

De acordo com Silva (2006), os dados estatísticos de 1870 fazem referência que para uma população de 1028 brancos havia 749 negros no município, algo em torno de 70% do contingente populacional. Se tomado como um dado significativo, abre-se a possibilidade de diversas formas de organização que respondam à presença negra no município. Os dados sobre Viamão dão conta de uma cidade histórica, por já ter sido a capital do Rio Grande do Sul, e por ter em seu patrimônio histórico reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, uma das Igrejas mais antigas do Estado. A Igreja Matriz, que está localizada no centro do município e abriga documentações que remetem à época da colonização portuguesa.

Atualmente a população total do município de acordo com dados do IBGE é de 227.062 mil habitantes, sendo que 211.250 mil encontram-se na área urbana e, 15.812 mil, na área rural. As comunidades quilombolas estudadas localizam-se na área rural.

A área total do município de Viamão é de 1494,2 km², sendo 192,3 km² de área urbana e 1301,9 km² de área rural.

A área rural possui regiões de minifúndios, sítios de lazer, grandes cultivos de arroz, fazendas de criação de gado e áreas extensas de banhados. O município possui áreas acidentadas e áreas planas o que enriquece o aspecto da diversidade ambiental.

Os recursos hídricos do município fazem parte de três bacias hidrográficas: Rio Gravataí, Lago Guaíba e Laguna dos Patos.



Figura 1 - Localização do município de Viamão, RS

Fonte: Viamão (2007).

As comunidades quilombolas Cantão das Lombas e Peixoto dos Botinhas localizam-se no nordeste do município sob as coordenadas geográficas $30^{\circ}01'09''74S$ e $50^{\circ}42'27''69W$, ambas estão inseridas na Área de Proteção Ambiental - APA do Banhado Grande, Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. As paisagens caracterizam-se por um relevo coxilhado de uma feição regional denominada “Coxilha das Lombas”, delimitada por planícies e várzeas do Banhado Grande, ao norte (NE-SW) e lagoas e terrenos da Planície Costeira (E-S). Os arroios são contornados por mata ciliar e pontilhada por alguns capões de vegetação arbórea de Mata Atlântica associada a pioneiras arbustivas com influência marinha e fluvio-marinha (restinga/mangue).



Figura 2 - Localização das comunidades quilombolas

Fonte: Adaptada de Viamão (2007).

As possibilidades de acesso até a comunidade Cantão das Lombas se dão através de transporte coletivo duas vezes ao dia uma pela manhã e outra no final da tarde, ou de carro pela Rodovia RS 040 cruzando pelo bairro Morro Grande às condições desta estrada são precárias, o solo é arenoso e não há placas de identificação até o quilombo. A comunidade localiza-se na divisa de Viamão com a Comunidade de Tapumes 6^o. Distrito de Santo Antônio da Patrulha. É uma comunidade com deficiências de saneamento básico principalmente, energia elétrica e moradias. A comunidade é constituída por 32 famílias. Em ambos os acessos o cenário paisagístico são de grandiosas fazendas e poucos resquícios de mata atlântica, resquícios esses que são vistos quando se chega à comunidade.

A comunidade foi à segunda no município de Viamão a solicitar abertura de processo administrativo junto ao INCRA, para reconhecimento e titulação de terras. A certidão de reconhecimento, que é emitida pela Fundação Cultural Palmares – FCP, foi entregue em 2004 com uma grande festa de comemoração na casa de uma das famílias da comunidade, contou com a presença de representantes do Ministério

da Cultura (MinC), Fundação Cultural Palmares, Movimento Negro e da Prefeitura Municipal de Viamão que organizou a festa.

A comunidade Peixoto dos Botinhas localiza-se próximo a Rodovia RS 040, parada 128, Bairro Capão da Porteira no Beco dos Botinhas. O acesso à comunidade é fácil, pois o transporte coletivo atende em sete horários distribuídos entre, manhã tarde e noite e são poucas as famílias pertencentes ao quilombo que residem em local de difícil acesso. O território da comunidade é extenso e também faz divisa com a Comunidade de Tapumes 6^o. Distrito de Santo Antônio da Patrulha.

O quilombo Peixoto dos Botinhas, é constituído por 48 famílias e abriu processo administrativo de reconhecimento e titulação de terras junto ao INCRA em 2005. De acordo com dados do Instituto, foi à terceira comunidade a se auto declarar no município de Viamão como remanescentes de quilombos, solicitando assim reconhecimento e titulação de terras.

A minha inserção em campo iniciou em meados de 2004, nesta época cursava graduação em Ciências Sociais, na Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), e coletava dados para o trabalho de conclusão. Esse trabalho anterior visava um estudo sobre solidariedade socioeconômica em Comunidades Remanescentes de Quilombos. Nele foram identificadas situações nas quais as duas comunidades buscavam ter acesso a políticas públicas tais como: Programa Luz para todos. Ambas as comunidades possuíam necessidades básicas como saneamento básico e energia elétrica e ao se dirigir a órgãos públicos municipais eram questionadas, sobre a legitimidade da reivindicação enquanto população tradicional para terem acesso a projetos e políticas públicas destinadas a quilombolas. Segundo estes órgãos as comunidades deveriam apresentar documentos emitidos pelo Governo Federal e formar uma associação legalizada para terem acesso às políticas públicas específicas.

Em vários momentos da inserção em campo o meu papel de pesquisadora era confundido com o de mediadora política, pois a cada ida as comunidades eu retornava para a cidade com demandas ao poder público e a entidades do movimento social. As comunidades me conhecem por ser integrante de uma instituição denominada Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombos - IACOREQ, que realiza atividades nas comunidades desde 2004. Primeiramente minha reação foi tentar desconstruir o meu papel de mediadora, tentando fazer com que as famílias das comunidades entendessem que a atuação

era sob forma de pesquisa, uma mediação visando a uma política de conhecimento científico e, portanto menos imediata.

Contudo, as exigências de reciprocidade fizeram com que eu despendesse enormes esforços em busca de acordos com a prefeitura como forma de ajuda mútua. Mas a modalidade de reciprocidade que conformou melhor o esteio da pesquisa é quando a comunidade exigiu de mim a elaboração de uma genealogia. Esses acordos se deram, quando ao realizar uma reunião onde estavam presentes integrantes das duas comunidades, questionaram se seria possível “investigar” suas primeiras origens através da pesquisa de parentesco. Indagaram que:

[...] somos todos parentes, a gente sabe disso, só não sabemos bem quem é de que lado, porque chegou uma hora que todo mundo se misturou [...]. Vai ser muito bom esse trabalho, porque quando a gente quando tiver a associação pronta a gente vai poder passar nossa história dos nosso avô pros nossos netos, e nossos neto, pros netos dos nosso netos [...] (Décio, presidente da Associação Peixoto dos Botinhas).

Essa exigência acordada no trabalho de campo me permitiria justamente cotejar a minha hipótese inicial de que a reciprocidade simétrica baseada em parentesco e pertencimento étnico sustentam a enunciação da territorialidade tradicional quilombola.

Embora, atualmente, ambas comunidades possuam certificação de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares que está ligada ao Ministério da Cultura, minha argumentação será a de que não é a oficialização que torna as comunidades quilombolas, mas o substrato que sustenta essa enunciação coletiva: o modo como a reciprocidade que territorializa o parentesco. Em princípio, a certificação é o primeiro passo para a demarcação e titulação de terras pelo INCRA, como reconhecimento de que a comunidade existe, baseada em sua história, costumes e, principalmente, sua cultura. A partir da certificação as comunidades passam a ser beneficiadas com políticas públicas, como Luz para todos, Bolsa Família, Escola na própria comunidade e atenção à Saúde. Além disso, se supõe, estatutariamente, que o certificado permita que a Fundação Cultural Palmares defenda juridicamente as comunidades.

A dissertação se estrutura em um primeiro capítulo de introdução, no segundo faço a construção do referencial teórico; no terceiro capítulo debruço-me sobre as relações de reciprocidade simétrica no interior das comunidades. No quarto capítulo trato de relações de reciprocidade assimétricas entre os quilombolas e os agentes do poder público e fazendeiros; em lugar de uma relação reduzida à exibição de símbolos culturais diacríticos que caracterizaria o contraste entre um “nós”, constituído pelas comunidades em processo de enunciação coletiva e “eles”, os brancos do entorno, mostro a complexidade das relações de poder que constituem a supremacia racial. No quinto capítulo busco desconstruir a noção simplista de um contraste étnico com o entorno, mostrando como uma comunidade quilombola se faz pela inter-relação com comunidades igualmente quilombolas do entorno e outras relativamente distantes. Concluo, retomando o modo como os conceitos de contraste étnico e reciprocidade podem ser conjugados na problemática quilombola.

Minha estratégia de escritura recompõe de forma narrativa minha inserção em campo e visa produzir um tipo de ficção que ilustra as dimensões do tema de pesquisa e permite refletir se fazendo acompanhar pelo leitor. Salvo no seguinte capítulo, a reflexão teórica fica diluída na estrutura narrativa e por evocação do “ter estado lá”, se abre a uma multiplicidade de leituras “aqui”. Pontuo algumas dessas possibilidades de leituras, sem a pretensão de sistematizá-las.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: DÁDIVA, RECIPROCIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO

Já se fez muita discussão sobre o conceito de reciprocidade, mas poucas literaturas têm associado às discussões inauguradas por Mauss (1974) às discussões sobre o território étnico. Por um lado, exploro neste capítulo a possibilidade de que o conceito permita estabelecer superar a oposição entre abordagens primordialistas e contrastivas da etnicidade. Sem cair na busca de uma substância cultural interna ao grupo, o foco na reciprocidade permitiria perceber a etnicidade como construção relacional cotidiana interna ao grupo, com algumas dimensões relativamente reguladas e outras relegadas a coordenações improvisadas de ações recíprocas.

Por outro lado, as relações com o mundo das políticas públicas e com as forças mais poderosas do entorno não é feito apenas de símbolos diacríticos de etnicidade, mas também de laços baseados em endividamentos morais, característicos dos contratos implícitos de reciprocidade. O que diferencia a reciprocidade interna da externa é a maior frugalidade do vínculo com os atores externos, como as relações com o mediador de políticas públicas e com os “brancos” do entorno de forma geral. Internamente, em contraste, a linguagem do parentesco pereniza as relações, simetriza e regulariza as trocas de modo a conformar fronteiras com o mundo exterior.

2.1 DÁDIVA

A teorização que deu origem à discussão sobre a dádiva foi formulada inicialmente por Marcel Mauss (1974), no seu “Ensaio sobre a Dádiva”, publicado originalmente em 1924. Para Mauss, a dádiva assumia um caráter bastante amplo, incluindo festas, casamentos, patrimônio, esmolas, troca de presentes e até mesmo os tributos pagos pelos grupos a um poder centralizador (LANNA, 2000). É sobre

este conceito multidimensional de reciprocidade que se estende sobre um conjunto de práticas multiformes, que pretendo erguer o referencial teórico da dissertação.

Assim, a dimensão principal da organização social deve ser pensada como um constante dar-e-receber, a partir das prestações assumidas na dádiva, que podem inclusive ser de caráter “agonístico”¹. Se a organização da dádiva pode assumir diferentes características, de acordo com a época e o lugar em que é posto em prática, o caráter improvisado e imponderável do tempo das contraprestações não pode ser subestimado em relação às trocas regradas por uma estrutura inconsciente. Essa reafirmação da leitura original de Mauss, em contraposição às “correções” de Levi-Strauss é importante aqui no sentido de afastar as tentações de se definir a priori que regularidades na reciprocidade definiriam as comunidades tradicionais. Longe de buscar a definição das condições necessárias para que uma comunidade se defina como tradicional, busco aqui as condições raras, mas suficientes, para que uma comunidade possa participar e contribuir no espaço público de sua enunciação enquanto comunidade quilombola.

O principal aspecto social envolvido em todos os atos de dádiva que cabe ressaltar é que sempre numa contratualização implícita há prova de que tais manifestações tinham muito mais a mostrar do que apenas fatores religiosos e culturais presentes nas sociedades “arcaicas” estudadas (MAUSS, 1974).

Nesta dissertação, sigo Mauss quando, este autor separa, na noção de dádiva, os três momentos de obrigação moral: dar, receber e retribuir. Seguindo Bourdieu (1996), estou, na etnografia, igualmente atenta ao tempo que transcorre entre o dom e o contra-dom, enquanto gerador de vínculo social. Mas em lugar de uma perspectiva estratégica da reciprocidade, tendo a deixar teoricamente em aberto o que Boltanski e Chiapello (1999) denominam de “paradoxo da dádiva”: ou seja, se a ênfase é colocada sobre o dom, a gratuidade do presente dado é reforçada, e a troca perde seu sentido.² Ao contrário, se a ênfase é colocada sobre as relações de troca, não existiria gratuidade do dom, que significaria uma ilusão ou um engano. Em suma, em lugar da resolução teórica do paradoxo, estive empiricamente atenta às dimensões de gratuidade e nas dimensões estratégicas do dom, no modo como elas são enfatizadas pelos atores sociais.

¹ Como nos rituais indígenas que consistiam nas demonstrações públicas de rivalidade de despesas e destruição de riquezas (MAUSS, 1999).

² Afinal, se a doação tem um caráter gratuito, não haveria porque se esperar uma retribuição (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999).

Para Mauss (1974), o que estaria no âmago da obrigação de retribuir um presente recebido seria o espírito da dádiva,³ presente no próprio objeto que foi inserido na relação, e que levaria necessariamente ao retorno e à retribuição do presente dado. Nesse sentido, a razão máxima que levava ao complexo ato da dádiva, dividido em três partes distintas, era justamente uma força interna à relação estabelecida, e que estaria impulsionando as obrigações entre os participantes da dádiva. Ao mesmo tempo, a razão de dar não estaria em um ato desinteressado, mas pressupunha um certo interesse em constituir relações e ligações sociais centradas justamente na obrigação de retribuir. Assim, o ato de dar seria, simultaneamente, obrigatório e espontâneo (LANNA, 2000), já que não existe dádiva sem expectativa da retribuição por parte de quem recebe.

No entanto, Lévi-Strauss (1974), na introdução que escreveu ao trabalho de Mauss, publicada pela primeira vez em 1947, desata o paradoxo da dádiva por um outro lado, ao afirmar que, o que Mauss definiu como o espírito da dádiva (o hau), poderia ser visto enquanto um princípio de troca simétrica. Em outro momento, Lévi-Strauss (1967) mostrou que as estruturas elementares de parentesco eram orientadas pelo princípio da reciprocidade e pela aliança, mas vendo a razão elementar da dádiva na noção de troca, obedecendo a regras específicas, interiorizadas pelos indivíduos e presentes, de forma inconsciente, na própria estrutura das relações constituídas. Essa postura estruturalista reduz a reprodução da dádiva (isto é, o princípio da reciprocidade) à noção mais elementar de intercâmbio, configurando dessa forma uma visão extremamente objetivista desse processo.

Todavia, o objetivismo de Lévi-Strauss foi questionado por outros autores, como Claude Lefort, em um artigo de 1951, que se apoiava sobre a fenomenologia para buscar o significado da dádiva (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999). Para Lefort (1951), a redução da dádiva à troca pura e simples não explicava a obrigação expressa no primeiro dom, o ato inicial de dar. De uma perspectiva fenomenológica, a dádiva seria uma manifestação da subjetividade, visto que ao dar e receber, as pessoas confirmam umas às outras que são sujeitos, e não coisas. A retribuição é uma prova da ação semelhante de um igual, ou seja, um ser humano reafirmado em sua condição pelo ato triplo de dar, receber e retribuir.

³ O hau, na cultura maori neozelandesa (MAUSS, 1974).

Uma saída para a contraposição entre fenomenólogos e estruturalistas reside na análise da tensão gerada pelo intervalo de tempo entre o ato de dar e o ato de retribuir, conforme o mesmo seja mais curto, mais longo ou sujeito a atrasos. Os atores podem, conforme as circunstâncias conferir sentido estratégico, ritualístico ou puramente gratuito à sua prática e não ignoram completamente os esquemas organizativos de seus intercâmbios.

Recusamos aqui a análise objetivista de Lévi-Strauss (1974) quando afirmava o caráter estruturado de parte das práticas de reciprocidade, enfatizando que as regras não são necessariamente inconscientes, os atores podem não cumpri-las em sua totalidade e até mesmo podem modificá-las, constituindo ações estratégicas a partir da situação que vivenciam.

Sobretudo, devo atentar-me para o fato de que a dádiva instaura relações de poder quando deixa os indivíduos que recebem o dom em dívida com os que doam. A ênfase na dívida e no poder é importante na percepção das assimetrias étnicas no caso das relações entre quilombolas e fazendeiros vizinhos e com relação aos agentes do poder público.

Em uma outra direção, autores como Caillé (1998) destacam a dádiva como aspecto fundante de um novo paradigma nas Ciências Sociais, moldando as relações sociais entre os indivíduos, e questiona Bourdieu, principalmente a partir da noção de gratuidade do ato da dádiva. Para o autor supracitado, já que não há uma coação social explícita nem regras inconscientemente incorporadas nas pessoas para obrigá-las a iniciar a dádiva, existe uma dimensão de gratuidade no gesto de dar, porém os valores e os aspectos morais das relações sociais também fazem com que as pessoas se sintam pressionadas a realizar a retribuição. Nesse sentido, a dádiva comportaria as noções de gratuidade e de liberdade, ao mesmo tempo em que traria inseridos aspectos relacionados ao poder, à obrigação e ao interesse, e dessa maneira o paradoxo da dádiva seria permanente.

Godbout (1998) complementa a teorização de Caillé (1998) afirmando que a dádiva é tudo o que circula em prol ou em nome do laço social. A dádiva circula entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços. Na sociedade moderna, a dádiva circula também entre desconhecidos: doações de sangue, de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência etc. A dádiva se baseia na dívida, que pode ser positiva ou negativa. Não é uma noção contábil é um estado no qual cada um considera que, em termos

gerais, recebe mais do que dá. Uma dádiva feita por obrigação, por obediência a uma norma, é considerada de qualidade inferior. A moral do dever não se aplica à dádiva segundo Godbout (1998). Os membros de um sistema de dádiva possuem uma relação muito particular com as regras. Antes de tudo, as regras devem estar implícitas. Portanto a liberdade na dádiva, não é do mesmo tipo da gerada no mercado ou na socioeconômica. A liberdade não se realiza na liquidação da dívida e não consiste em gerar condições para facilitem a saída da relação, mas consiste em tornar o próprio laço mais livre, multiplicando os rituais que visam diminuir, para o outro, o peso da obrigação da relação. A dádiva é um jogo constante entre liberdade e obrigação. A maior parte das características da dádiva torna-se compreensível quando se as interpreta segundo o princípio da liberdade dos atores.

2.2 RECIPROCIDADE

Segundo Sabourin (2008), Mauss reuniu as principais peças de uma teoria da reciprocidade: a dádiva, a obrigação de retribuir, o prestígio e a presença do terceiro elemento, seja ele uma pessoa ou um símbolo. A reciprocidade não se limita à dádiva entre pares, ela rege o princípio das relações entre grupos. Mauss diferencia assim a reciprocidade direta, prestações materiais ou simbólicas devolvidas entre dois indivíduos ou dois grupos da reciprocidade indireta, quando os bens simbólicos recebidos não são devolvidos a quem os deu, mas a outro grupo que, por sua vez, terá que devolvê-los a um outro grupo. O modelo dessa reciprocidade indireta é precisamente aquele da circulação dos bens entre as gerações. "É aquilo que seu pai fez para você que você pode devolver ao seu filho" (MAUSS, 2001, p. 58).

Sabourin (2005) observa que ninguém dá algo sem motivo, por isso ocorre a reciprocidade, pois a dádiva não é desinteressada, mas motivada pelo interesse com o outro e pelo reconhecimento dele. Entende que reciprocidade não é uma troca como o intercâmbio, pois: "[...] a operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos". (SABOURIN, 2005, p. 1).

Assim, tem-se que reciprocidade não é um ato humano pré-existente, dado. Ela é construída no processo da relação social, seja em comunidades abertas ou

fechadas. A reciprocidade provém das relações de parentesco, de amizade, de compadrio. A demonstração material da reciprocidade é a troca de presentes, a prestação de serviços, a ajuda mútua, o consolo, o ato de ensinar e as demais formas de expressar uma amizade emocional, a qual se caracteriza pela forte troca afetiva entre os membros, além da troca de recursos materiais (WOLF, 2003a), comuns nas sociedades fechadas.

Também aflora a reciprocidade das relações de vizinhança, que no meio rural muitas vezes se transforma em relações de compadrio com um vizinho, apadrinhando o filho de outro e vice-versa, materializando-se por meio da troca de serviços, presentes, oferendas de festas, características da forma de amizade emocional. Entretanto, nessas relações também aparece à amizade institucional ou instrumental, definida por Wolf (2003b) como aquela que se caracteriza pela possibilidade do indivíduo ascender socialmente através das trocas de recursos materiais e apoios políticos. Por sua vez, numa situação de assimetria (desigualdade e desequilíbrio) entre os membros, o clientelismo pode se tornar uma amizade de patrono-cliente, geralmente mais comum nos grupos abertos.

2.2.1 Reciprocidade, campesinato e relações de parentesco

Wolf (2003b) fornece uma tipificação de camponeses, dividindo em dois tipos de sociedades camponesas: comunidade camponesa corporada, fechada e comunidade camponesa aberta. A comunidade corporada se caracteriza pela localização em terras marginais mais isoladas e menos valorizadas pelo capital, o que, por vezes leva a um isolamento. Na medida em que um grupo social se estabelece em terras marginais para os interesses do capital, tende simultaneamente a utilizar um baixo nível de tecnologias, com baixa produção, e grande esforço de trabalho manual, o que implica na manutenção de famílias extensas em um território. Por terem pouco excedente, estas comunidades tendem a poucas possibilidades de trocas no mercado, se fechando comercialmente para o restante da sociedade, sendo por isso não bem vindo a compra de terras por forasteiros. O baixo volume de excedente é direcionado à aquisição de bens necessários para a produção e consumo doméstico, que os leva a um baixo nível de

relacionamento com o mercado externo. Quando aumenta a população interna da família ou comunidade, tende a ocorrer duas situações: ou aumenta o trabalho extra, tanto dentro como fora da família e da comunidade; ou ocorre a diminuição do consumo *per capita* (WOLF, 2003a, p. 129).

Na perspectiva de Wolf (1976) a família camponesa não é apenas uma unidade produtiva capitalista, mas também faz parte de uma unidade de consumo enquanto família e de uma unidade reprodutiva que se constitui como uma rede de família, que em um território reproduz e socializa novos membros em uma forma de vida cultural. Assim a conduta econômica está ligada a uma lógica afetiva de produção, que omite os custos dos trabalhos paralelos despendidos na produção agrícola.

Desta perspectiva de Wolf, sobre as famílias camponesas, a família extensa, por oposição a família nuclear, é o tipo mais comum de família camponesa. A família extensa é considerada como aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, é formada também por parentes próximos com os quais se pode conviver e manter vínculos de afinidade e afetividade. De acordo com o autor neste tipo de família, o mercado matrimonial, as regras produtivas e reprodutivas e de descendência tendem a ficarem submetidas a uma lógica parental, tornando mais fracas as estratégias baseadas em interesses individuais. Sob esse esquema teórico, os territórios de famílias camponesas extensas, regulados por relações de reciprocidade, seriam mais comuns em situações de escassez de terras.

Wortmann (1994) aponta a trilha teórica por onde se pode manter a análise que relaciona o campesinato e a economia da reciprocidade fundada no parentesco, mas rompendo com o ecologismo cultural de Wolf, quando o autor associa grupos corporados territorializados e a escassez de terras. Para Wortmann o que se sobressai tanto nos grupos de colonos do sul como dos dos sitiantes do nordeste, que estudou é a autonomia para traçar suas estratégias reprodutivas, ao mesmo tempo em que ela afirma ser comum a ocorrência de famílias extensas mesmo em situações de abundância de terras. A autora afirma que como forma de manter a propriedade da terra no grupo familiar são utilizados pelos camponeses estratégias sociais de reprodução e de manutenção que não são propriamente econômicas. São estratégias voltadas para herança, casamentos e parentesco que se inserem nas lógicas de reprodução ampliada.

Os grupos a serem estudados funcionam sob uma lógica de famílias extensas territorializadas, que ocupavam no passado terras marginais e isoladas que hoje são valorizadas pelo agronegócio por sua localização próxima a uma grande capital e potencialidades para a produção de arroz e criação de gado. A exploração da terra era realizada no passado pelos quilombolas em regime de comunalidade familiar o que, no esquema analítico de Wolf, discutido acima, explica a grande preferência por uniões endogâmicas. A união com certas famílias, de uma comunidade para outra, foi mais frequente, dando a entender de que essas uniões apresentariam certas vantagens estratégicas em relação ao território.

3 A RECIPROCIDADE SIMÉTRICA NO INTERIOR DAS COMUNIDADES

Neste capítulo irei evidenciar como se deu minha atuação em campo, bem como as formas de reciprocidade como um princípio de base para as obrigações sociais voluntárias ou não, nas relações que são consideradas íntimas e ao mesmo tempo distantes num misto de valores éticos e estruturas sociais como, por exemplo, as estruturas de parentesco entre as duas comunidades.

3.1 O MITO FUNDADOR

O primeiro contato que tive com a comunidade Peixoto dos Botinhas foi em junho de 2003. Fui levada até lá por um vereador do município no intuito de esclarecer dúvidas sobre a questão quilombola e repassar informações sobre os procedimentos de autoidentificação,¹ o artigo 68² EMATER e os direitos das comunidades tradicionais. Entre 2003 e 2005 minhas idas a comunidade ficaram mais frequentes, e a interlocução da comunidade com o poder público e com o movimento negro também. No final do ano de 2004 após algumas atividades e oficinas que foram planejadas de acordo com demandas da comunidade, tais como: debates e discussões em torno do artigo 68 do ADCT da Constituição, troca de experiências com lideranças de outras comunidades quilombolas.³ A territorialidade, na trama de relações de parentesco que lhe é constitutiva, investiu e suportou a

¹ A auto-identificação ou atribuição é incorporada ao procedimento de regularização fundiária de território étnico no Brasil, a partir de 2003 quando é instituído o Decreto Presidencial nº 4.887/2003. Esse dispositivo legal está em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Mais detalhamento a respeito da elaboração e implementação desse instrumento, pode ser visto em Ramos (2009), ainda a mesma autora, destaca que uma vertente teórica de discussões sobre etnicidade que assenta “[...] ênfase na dimensão interacional das identidades étnicas e no fato de que as fronteiras étnicas se constituem em atos públicos de autodefinição identitária.” (ANJOS et. al., 2008a).

² O artigo 68 do ADCT da Constituição Federal diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (BRASIL, 2001).

³ Principalmente das comunidades localizadas no Litoral Norte como as de Palmares do Sul, Mostardas e Tavares.

intensidade quilombola que afluía no debate e se configurou como um modo singular de presença quilombola. Na mesma época iniciei o projeto de conclusão de curso de graduação com a temática quilombola viamonense.

Na comunidade Cantão das Lombas, as idas a campo iniciaram no final do mês de maio de 2009, se intensificaram em agosto, dezembro e janeiro de 2010. Mas o início da minha inserção em campo ocorreu desde 2005 quando fui apresentada para a comunidade através de uma professora municipal da escola que atende as crianças quilombolas do Cantão. Fui levada até lá para tentar auxiliar a comunidade a obter acesso às políticas públicas que haviam chegado ao município e prestar assessoria na constituição da Associação. Naquela época, a comunidade estava tentando entender se o único benefício que receberam – o RS Rural Quilombola⁴ – estava correto. Pois da forma que o benefício foi distribuído eles não estavam satisfeitos. Passei então a ir à comunidade com mais frequência, acompanhada de uma colega, psicóloga Eliana Costa Xavier, que faz parte do IACOREQ. A partir daí começamos a perceber que além das dúvidas sobre o RS Rural Quilombola, a comunidade tinha sede de saber, de se informar sobre seus direitos. Na medida em que, as informações permitiram perceber que os resultados em termos de políticas públicas estavam cada vez mais distantes, as reuniões foram perdendo o interesse. O esvaziamento chegou ao ponto das reuniões ficarem resumidas em apenas 4 pessoas da comunidade. Só foi possível reunir a comunidade num montante razoável às vezes em que possibilitávamos um almoço ou um lanche. Desde 2005 a comunidade se empenha para constituir uma associação formalmente.

No primeiro mês de realização da pesquisa de campo para esta dissertação de mestrado, ocorrido em 09 de maio 2009, estive em ambas as comunidades, apresentando o trabalho que seria desenvolvido. No Cantão das Lombas foi realizada uma reunião com as lideranças, Edson Silva, Índiajara Gomes e Rosa Silva da Rosa, expliquei o objetivo da pesquisa, eles disponibilizaram suas casas e se disponibilizaram em me acompanhar nas “caminhadas” e me apresentar para as famílias que eu ainda não conhecia. Nos momentos em que me hospedei em casas de lideranças fui solicitada informalmente a ajudá-los na constituição da Associação,

⁴ O RS Rural foi um projeto elaborado e implementado pela EMATER/RS com o objetivo de promover a cidadania e a busca da superação da pobreza, além da elevação da qualidade de vida e inclusão social através de melhorias construtivas e incentivos para aquisição de animais para criação ou reprodução.

com elaboração e explicações sobre estatuto e funções de cada cargo e, isso se dava sempre após as refeições da noite.

Na comunidade Peixoto dos Botinhas conversei com as duas lideranças da comunidade, o Décio e a sua prima Edegi Gomes. Informei-os que o trabalho tem o objetivo de fazer um estudo sobre as relações entre as duas comunidades, tanto de parentesco, quanto de reciprocidade. Receberam-me muito bem e trataram logo de informar-me da constituição da Associação. A preocupação residia no fato de que a associação já estava na segunda gestão, e demandavam a re-elaboração do estatuto. Neste dia estavam organizando uma festa para arrecadar fundos para a compra de um terreno, onde seria construída a sede física da Associação. Após eles me deixarem a par dos acontecimentos e dos festejos locais, expliquei melhor o objetivo do meu trabalho. Percebi que eles não tinham entendido muito bem como o trabalho iria beneficiar a comunidade.

Edegi pediu que juntamente com à pesquisa eles gostariam que eu os auxiliasse a construir uma genealogia, pois pretendiam deixar esse tipo de registro como documentos da associação. Essa demanda nascia da percepção de que o vínculo de parentesco entre as duas comunidades é constitutivo de suas identidades. Ela evidenciava essa compreensão enfatizando que foi “nascida e criada” no Cantão das Lombas, saiu de casa aos nove anos para trabalhar numa casa de fazendeiros, depois se casou e saiu de Viamão. Retornou em 2007 quando se aposentou e construiu uma casa nos Botinhas, pois seus tios e primos mais chegados moram lá. À noite Edegi e Décio confraternizaram um jantar com mais dois núcleos familiares e, então, eles combinaram de me levar até a casa dos mais velhos para conhecê-los, ouvir “causos” e ver fotos antigas. Foi dessa forma que se iniciou então minha inserção em campo.

Segundo Oliveira (2000), essa aproximação, ou seja, o estar em campo, envolto de uma trama de evocações e representações, faz com que entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados haja uma abertura, um canal de diálogo para uma fusão de horizontes. É esse horizonte negociado entre uma comunidade que demanda uma genealogia e as minhas urgências de conhecimentos que se plasmam neste trabalho.

No dia seguinte, 10 de maio, Edegi e Décio mudaram os planos e levaram até a casa da Edegi, Tia Pequena e Seu Afonso para “espichar as pernas”, tomar um chimarrão e contar estórias. Assim, em meio aos causos, tive acesso imediato ao

que se poderia chamar de mito de fundação da comunidade. Uma dessas estórias que me foram ali contadas era da narrativa do grupo, sua origem e constituição como quilombo:

Pouco antes da abolição chegava a Três Passos,⁵ um grupo de negros fugidos de um barco que ancorou na Lagoa dos Patos. Neste barco haviam muitos negros vindos da África para serem vendidos aos senhores de Engenho e Estancieiros da região de Palmares do Sul, Capivari, Mostardas e Viamão. No desembarque os negros se revoltaram e travaram ali uma luta sangrenta. Muitos deles morreram e na confusão alguns conseguiram fugir, formaram pequenos grupos, dividiram-se e se embrenharam num banhado pros lados de Palmares do Sul. A vegetação alta e a agilidade dos negros facilitou a fuga. Um desses grupos veio em direção as Lombas,⁶ isso porque enquanto eles caminhavam e procuravam um lugar pra se esconder eles avistavam de longe o morro das lombas. E depois de dias e dias de caminhadas chegaram a Três Passos. Era o lugar ideal porque do alto das Lombas eles podiam ver a mata e o banhado e fácil pra avistar alguém de longe, principalmente os feitores e os capitães do mato. O grupo que chegou em Três Passos construiu ranchos de barro e galhos para se abrigarem. Então nascia ali um quilombo. Junto com esse grupo vieram as irmãs Pelônia Maria da Conceição, Fortunata Maria da Conceição e Antônia. Um tempo depois as irmãs casaram e foram demarcando lotes de terras para o seu sustento, como era o costume da região na época. As terras não tinham registro nem dono. Cada casal usava a área que queriam. Fortunata casou-se com Vitorino Cardoso e foram morar nas Lombas. Terras que hoje pertencem a Família Fagundes – aqueles do Galpão Crioulo, que aparecem na TV. Esse casal teve muitos filhos, entre eles José Vitorino que casou com Liberalina Conceição – pais dos botinhas. Esse apelido, Botinhas, é porque os filhos do finado José Vitorino, tinham um conjunto musical chamado – Os Botinhas – e o nome do Beco onde moravam aqui no Capão da Porteira ganhou esse nome por causa deles. E a família Peixoto começa com Arzimiro Peixoto, filho da negra Pelônia que se casou com Manoela Jesus e foram pais de muitos filhos entre eles Otávio Jesus Peixoto que casou-se com Olavia Lídia de Jesus, pais de Avandir, Moacir e Ana Jesus Peixoto que foi a nossa primeira presidente do quilombo dos Peixoto dos Botinhas (Relato do Seu Afonso, Tia Pequena, Edegi e Décio).

Neste mesmo dia foi possível resgatar, através dos mais antigos, a seguinte narrativa sobre a história da Comunidade Cantão das Lombas:

[...] Viúva de Anápio Gomes, a Fazendeira Nica Gomes, que se chamava Antônia, quando alforriou os escravos, ordenou que eles ficassem no Canto da Lagoa da Capororoca. Ordenou que eles cercassem a área com valos e nas barrancas plantassem Maricas. Depois que eles fizeram o que a dona

⁵ O bairro viamonense Capão da Porteira era chamado, antigamente, de Três Passos.

⁶ Lombas é o bairro vizinho ao Capão da Porteira, onde localiza-se atualmente outra comunidade quilombola chamada Cantão das Lombas.

Nica mandou ela deu a terra que eles tinham cercado pra eles. Ela mandou que fizessem isso porque ficava fácil de saber onde era a terra dela e onde era a terra deles pela divisa da Lagoa, que ficava bem no meio. Depois com o tempo as terras começaram a se chamar valos do Cantão e hoje a gente chama Cantão das Lombas. A dona Nica então levou até o Cantão um escrivão que registrou todos os seus ex-escravos, dando o seu sobrenome Gomes pra todos. Não se sabe se a sede da fazenda ficava em Viamão ou em Santo Antônio da Patrulha porque as terras ficam bem na divisa. Até hoje existe os valos que os negros construíram pra demarcar a sua área (Relato do Seu Afonso, Tia Pequena, Edegi e Décio).

A possibilidade deste tipo de relato é parte do que chamo de condição de suportabilidade da enunciação quilombola, mesmo que não seja uma condição necessária. Pude inclusive verificar durante a conversa subsequente proporcionada pela roda de chimarrão, que muitas pessoas da comunidade dos Botinhas não conheciam o relato. O fato permite perceber que esse tipo de relato tem uma dinâmica de transformação que inclui a possibilidade da desaparecimento, mutação e retomadas. De todo o modo a possibilidade desse tipo de narrativa é suportada pela trama de relações de reciprocidade em que a circulação do chimarrão sustenta uma intensidade tão próxima do continente africano, mesmo quando gera alguma surpresa entre os ouvintes da comunidade.

3.2 AS FESTIVIDADES QUILOMBOLAS

O Beco dos Botinhas, onde está localizado o quilombo, é muito conhecido no município de Viamão, por suas festas. O conjunto musical “Os Botinhas”, era requisitado para animar festas tanto no centro do município como em residências de granjeiros, estancieiros e donos de alambiques, bem como em outras comunidades negras de Palmares do Sul, Capivari e Mostardas. As relações de reciprocidade podem fundamentar a vida social, mas ela é também reconstruída social e historicamente em práticas quotidianas que reconfiguram os sujeitos das trocas.

É assim que o caráter das festas internas como intensos momentos de dádivas constituem sujeitos para a reciprocidade, diferentes daqueles que se estabelecem nas idas festivas ao entorno. O que pretendo demonstrar é que o vínculo social com outras comunidades próximas, mas em especial com a

comunidade Cantão das Lombas, faz a felicidade da reciprocidade de modo diferente dos “Botinhas” animando as festas dos fazendeiros brancos.



Figura 3 - Conjunto de cantores e dançarinos “Os Botinhas” década de 40

Fonte: Acervo da Associação Quilombola Peixoto dos Botinhas.

Como linha metodológica à utilização de uma etnografia não distanciada, mas imersa na relação etnógrafa/interlocutor, se mostrou valiosa, sendo possível captar o ponto de vista do outro, em um exercício de escuta atenta (OLIVEIRA, 2000). E foi captando e ouvindo que foi possível construir um canal dialógico marcado pela observação participante como técnica de pesquisa.

No momento deste resgate histórico oral, foi possível perceber outros aspectos relacionais que envolviam a formação de redes de reciprocidade entre a comunidade dos Botinhas e seus arranjos familiares que foram se dissipando para a comunidade Cantão das Lombas.

No dia 10 de maio de 2009, pela manhã, fui até o salão do Nilson, que tem grande importância na comunidade, pois foi construído na década de 1930, para que os negros pudessem realizar suas festas e celebrar os resultados dos jogos de futebol. Ainda hoje é o ponto de encontro e o local de realizações de eventos. A arquitetura do local se mantém, desde as telhas, as madeiras, o recipiente para tomar água acompanhado de uma canequinha, os troféus, medalhas, porta-retratos

com os principais atletas da comunidade e a placa de identificação com o nome do salão “Princesa Isabel”. No pátio do salão há um grande campo de futebol com marcação e goleiras.



Figura 4 - Confraternização de natal no Salão Princesa Isabel em 1983

Fonte: Acervo da Associação Quilombola Peixoto dos Botinhas.

Como a comunidade era razoavelmente grande, foi construído na década de 1910, esse pequeno clube social, para realização de torneios de futebol, festas juninas, natalinas, casamentos e aniversários. Este clube existe até hoje, mas é conhecido como o salão do Nilson. Atualmente o local é de um morador quilombola, que vende bebidas e também possui mesas de jogos. E este morador quilombola cede o local para realização das reuniões da associação quilombola. Vale salientar que grande parte dos moradores do Capão da Porteira, quilombolas e não quilombolas freqüentam o salão e participam das atividades que são realizadas no

local. Ainda são realizados campeonatos de futebol, bingos, aniversários e outras confraternizações da associação quilombola. E em quase todas as fotos que me foram cedidas pela comunidade, sempre tem como fundo o salão do Nilson.

No salão se cristaliza a territorialidade quilombola, como lugar de confluência dos rituais, das festividades e dos momentos mais ostentatórios do cotidiano de ações de trocas. É nesse espaço que atualiza de forma mais visível o pertencimento simultaneamente territorial e de parentesco dos corpos que ali se reúnem.

No final do mês de maio, Os Botinhas realizaram uma pequena confraternização para comemorar o faturamento do galeto dançante que foi realizado em março para arrecadar verbas para a aquisição de um terreno para a associação. A confraternização aconteceu no Salão Princesa Isabel, as lideranças da comunidade, divulgaram o evento na Comunidade do Cantão das Lombas e entre os quilombolas botinhas. No dia 30 de maio de 2009, às 08h já iniciaram os preparativos do almoço. Foram assados galeto e carne de porco pelos homens da comunidade. As saladas e os doces foram feitos pelas mulheres, o salão estava todo decorado com papel TNT vermelho, preto e amarelo. Os refrigerantes e cervejas foram vendidos pela associação e não pela copa do salão. Isso se deu com a autorização do seu Nilson. Esteve presente somente uma pessoa do Cantão das Lombas, a Tia Filinha, que é tia de praticamente metade da comunidade dos Botinhas. Durante o almoço foram vendidos números das rifas sob a responsabilidade dos adolescentes quilombolas, que transformaram a venda de números numa festa, com muita responsabilidade. Após o almoço e a infinidade de doces que foram servidos, as pessoas brincavam e riam muito. Ao mesmo tempo fiscalizavam os “tios” e “tias” diabéticas para não exagerarem nos doces e confeitos.

O ser quilombola da comunidade se apresenta assim percorrendo os corpos em festa, como uma intensidade que só pode ser suportada por muitas décadas de convívios similares. De acordo com Deleuze (2001),

O que define um corpo é esta relação entre forças dominantes e forças dominadas. Qualquer relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político. Duas forças quaisquer, sendo desiguais, constituem um corpo a partir do momento em que entrem em relação: é por isso que o corpo é sempre fruto do acaso. (DELEUZE, 2001, p. 62).

Sobretudo, é a trama de trocas quotidianas que sustenta a liberdade festiva que faz acontecer o momento quilombola como efervescência. É em nome da associação quilombola que os corpos se agregam de modo festivo e intencionam a retomada de um território de pertencimento. A entrega celebrativa havia sido costurada em décadas de trocas intensas que fazem o dever do grupo.

As mulheres foram as responsáveis por arrumar e decorar o salão, os homens em assar e servir as pessoas. A todo o momento vinha um assador até a mesa onde eu estava sentada com espetos e mais espetos de carne e galeto. Pois para eles eu era visita e visita tem que ser bem servida. Certamente a festa é uma auto-apresentação e uma definição de presença enquanto grupo, para “os de fora”, na forma de atos de generosidade ostensiva. É, sobretudo um momento interno, de dobra sobre si mesmo, para uma subjetivação quilombola.

A entrega extraordinária aos trabalhos implicados pela festividade testemunha outras dádivas ordinárias que constitui o dia-a-dia de uma comunidade tradicional. As mulheres limpavam e lavaram a louça organizando o salão para a reunião de prestação de contas do galeto dançante que ocorreu em março. Diante disso, perguntei as lideranças se eu poderia permanecer presente e fui autorizada acompanhar. Na reunião o tesoureiro expôs os gastos, os lucros inclusive as sobras de comida e também foi prestado conta das bebidas e das jantas que foram destinadas aos músicos do baile que vieram de Palmares do Sul. Inclusive neste conjunto haviam pessoas da comunidade quilombola de Limoeiro.

Na confraternização para prestação de contas do galeto dançante, o tesoureiro explicou que a confraternização só foi possível, pois sobrou muito galeto congelado, refrigerantes e cervejas, e achou mais do que justo proporcionar o almoço para a comunidade que se empenhou para a realização do galeto dançante em março.

O sentido de comunidade, que raramente se ratifica na forma escrita, é confirmado assim através da circulação de coisas pelo território. Esta confraternização demonstra que as relações de proximidade se constituem nas mais importantes formas para a sociabilidade, sendo elas tanto de parentesco como de amizade. Mas as diferentes comunidades apresentam distintas maneiras de manter as sociabilidades, o interconhecimento e preservar os atos de reciprocidade e a intensidade da vida comunitária.

Ressaltarei no quarto capítulo a importância da relação entre comunidades na celebração da identidade quilombola. O que cabe aqui ressaltar é o passado das relações de parentesco que convoca a presença de membros de outras territorialidades quilombolas e os insere no mesmo evento comemorativo.

É assim que membros da comunidade do Cantão das Lombas também se faziam naturalmente presentes. Considerando a densa trama de laços matrimoniais a presença da Tia Filinha, que mora nas Lombas, simbolizava a unidade de condição quilombola das duas comunidades. Se, segundo eles depois que casam se tornam mais parentes ainda, as próprias comunidades se confirmam na condição de quilombolas na atualização festiva do parentesco.



Figura 5 - Celebração de casamento entre quilombolas do Cantão e Peixoto dos Botinhas no Salão Princesa Isabel em 1948

Fonte: Acervo da Associação Quilombola Peixoto dos Botinhas.

A existência deste salão traz a tona as fortes redes de reciprocidade e amizades já estabelecidas com os quilombolas do Cantão das Lombas, pois desde os tempos da inauguração do Salão os principais freqüentadores do local eram pessoas de ambas comunidades. Essa presença não apenas localiza a celebração do parentesco das duas comunidades, pois consideram de fundamental importância

tais laços de parentesco, mas confirma e centraliza as percepções sobre as condições similares em que estão colocados.

Os Botinhas estabelecem também relações de reciprocidade com os não quilombolas e não negros da região. Trataremos mais detidamente dessa relação no próximo capítulo. Por ora, cabe apontar que foram convidados para a confraternização os patrões do Centro de Tradições Gaúcha (CTG) do bairro que cederam o espaço gratuitamente para a realização do galetto dançante. Fizeram questão de fazer uma fala na confraternização, dizendo que a cedência do espaço se deu pelo fato da comunidade sempre ajudar nas festas do CTG e, principalmente nas épocas de rodeios. A comunidade faz parte das frentes de trabalho responsáveis pela preparação da comida, decoração do galpão e limpeza ao final das festas. E sempre que precisarem do galpão para realizar festas é só avisar antecipadamente que se houver data disponível na agenda o salão será disponibilizado para a comunidade. A relação com o CTG, pode-se dizer que faz parte de uma aliança local em um sistema de reciprocidade percebido como sendo um plano exterior com relação ao pertencimento comunitário.

A retribuição do CTG teve um tom de parecer de “obrigatoriedade”. Ceder o espaço para os quilombolas, em reconhecimento ao fato de que eles trabalham praticamente de graça nas épocas de festas e rodeios, é diferente da reciprocidade no interior da comunidade. É como se nesse caso a liberdade de não reciprocidade e a obrigação fossem injunções contraditórias mais visíveis, ostensivas. Esta é exatamente a interpretação que Godbout (1998) dá para a dádiva: a medida em que se concebe a dádiva como obrigação, ela só se realiza na prática quando existe a liberdade da não retribuição. Mas a possibilidade de escolher a retribuição já segue a intuição de que há algo de “obrigatório” (imperativo), que é justamente o sentimento da necessidade de se agir reciprocamente.

Talvez esteja exatamente aqui a gênese da diferença entre reciprocidade interna ao grupo e a externa. Pode-se entender a reciprocidade externa como sendo os atos generosos dirigidos ao grupo local. A obrigação de se ser livre para retribuir soa como muito mais “espontâneo”, no interior da comunidade. Portanto a formação de alianças nas comunidades é também uma forma de controle social sobre os atos que indicam pertencimento.

No estabelecimento de relações de dádiva, Lévi-Strauss (1974) afirma que são trocados não somente objetos ou coisas, mas inclusive pessoas. Aqui cabe

ressaltar que no dom se constitui a pessoa para a relação. A pessoa da troca entre quilombolas é diferente daquela pessoa quilombola que se relaciona com o seu exterior. Isso faz a exterioridade da relação não quilombola.

As coisas ou as pessoas trocadas não carregam necessariamente um espírito do dom, tal como Mauss o concebia, mas a relação entre as pessoas ou entre as coletividades se configura em sistemáticas tensões de obrigações e liberdades. A coletividade é constituída socialmente pelas pessoas e coisas em circulação que sedimenta a manutenção da sociabilidade.

Nesse sentido o salão, antecipa a associação quilombola, como cristalização de uma sociabilidade que configura a identidade étnica, como totalizável em uma expressão político-cultural. Suportado por essa sociabilidade festiva, o salão tem grande influência e importância na reconstrução e fortalecimento desses laços. Foi construído sob a intenção de que a comunidade pudesse realizar as festas “deles”. As fronteiras de um “nós” versus “eles” já se constituía sobre a dimensão festiva.

Embora o conjunto musical “Os Botinhas” fosse convidado para animar também as festas dos granjeiros, mas as fronteiras entre o espaço de sociabilidade interno e externo à comunidade ficaram instituídas até pelo menos a década de 50. Conta-se na comunidade que os negros não podiam entrar em festas de brancos, e cronometram a década de 1950 como data ainda recente, vívida na memória coletiva. Essa proibição os motivou para a construção do Salão, pois tiveram um espaço para dançar, se divertir e poder jogar aos finais de semana. Segundo Nilson Peixoto, atual responsável pelo Salão, assim como os negros sabiam o seu lugar, os brancos também, pois não freqüentavam as festas que eram realizadas no Salão Princesa Isabel. Mas com o passar do tempo e com as relações de empregados e patrões, que foram se criando com os granjeiros, fazendeiros e estancieiros essa relação foi se quebrando.

As pessoas dos Botinhas começaram a ser contratadas informalmente para trabalhar em granjas e fazendas, sem carteira assinada. Nas festas realizadas no Salão Princesa Isabel os granjeiros mandavam funcionários não negros para observar o comportamento de seus funcionários quilombolas. E, mesmo estes funcionários freqüentando o local, segundo Nilson dono do salão, eles sempre souberam respeitar.

A comunidade é muito festeira e é muito conhecida pelas boas festas que realizava. Numa visita que fiz em junho de 2009 na casa de uma das viúvas do

conjunto musical “Os Botinhas”, foi possível analisar primeiramente a tristeza pela falta do principal músico e cantor. A viúva é chamada por todos de Tia Jota e tem uma irmã gêmea. Tia Jota casou com o Bota que foi o precursor do conjunto musical. O mesmo também tinha um irmão gêmeo que casou com a irmã da Tia Jota, a Preta. O mais curioso de tudo é que são todos primos, nascidos e criados no Capão da Porteira e descendentes da escrava Pelônia.

Na casa da Tia Jota, a sala é repleta de lembranças das décadas de fama do conjunto musical, fotos dos Ternos de Reis, das apresentações de Quicumbi, das coreografias com facas e dos trajes muito bem alinhados e sinos na barra das calças. Eles aprenderam a dançar em uma festa que foram no Bacopari,⁷ e de tempos em tempos o grupo do Bacopari participava de bailes nos Botinhas e os dois grupos dançavam.

Com frequência o assunto em campo eram as festas. Na comunidade Cantão das Lombas, onde convivi com as pessoas durante dois meses, foi possível conhecer o outro lado das festividades quilombolas. Dona Francisca “nascida e criada” nos Valos e mais conhecida por “Tia Chica” lembrou os famosos bailes da Dona Joana. Dona Joana é avó materna de “criação” da Tia Chica. Joana gostava muito de fazer bailes tanto é que possuía duas casas, uma para morar e outra só para fazer bailes. A casa de bailes era de chão batido e quem ajudou a construir foram às mulheres da comunidade. Como a casa era de chão batido levantava muita poeira quando o baile começava, mas isso não era empecilho para as pessoas permanecerem dançando ao som do gaitero Velúcio, pois o chão era borrifado com água, e o baile seguia.

Já o Terno de Reis no Cantão das Lombas, Chica não só acompanhava a todas as cerimônias, com seu ex marido que era mestre, como também trabalhava nos preparativos da alimentação “[...] eu fazia sopa de osso e de guisado”. Chica relata que os brancos também participavam das cerimônias religiosas no Cantão, porém os Botinhas não, pois eles tinham o seu próprio grupo de Terno de Reis. Só havia interação entre os ternos quando havia necessidade de ajuda para preparar as refeições que eram distribuídas.

Sobre esta atuação entre os Ternos de Reis Tia Chica comenta:

⁷ A localidade do Bacopari faz parte do território quilombola de Limoeiro em Palmares do Sul.

[...] a irmã da minha avó casou com Estevão que era botinha e foi morar lá, mas quase nunca a gente visitava ela e ela também foi deixando de visitar a gente. O meu marido ficou doente e foi deixando de lado o Terno, aí quando ele morreu acabou tudo mesmo. E a vó eu só fui ver quando ela morreu (Francisca, Cantão das Lombas).

Como visto em Silva (2006),⁸ o Terno de Reis tem grande semelhança com o que era realizado na mesma época de 60 no quilombo da Anastácia.⁹ A única diferença é que ao invés de uma dupla cantando e tocando instrumentos com melodias católicas, era o conjunto musical dos Botinhas constituído por aproximadamente 15 pessoas, que comandavam as celebrações. No Cantão das Lombas também havia um grupo de cantores e músicos como o gaiteiro Estevão mas em menor número. E ao término de cada cantoria pelas casas que passavam eram oferecidos café, bolo, cucas, sopas, lingüiça e diversas guloseimas. Após passarem em todas as casas da comunidade quilombola a festa começava no Salão Princesa Isabel.

Tia Jota se emociona ao lembrar dos tempos em que os Botinhas cantavam e dançavam. Tempo esse que se foi, mas as lembranças ficaram e as amizades não foram esquecidas. Neste dia ela fez questão de chamar as filhas e netos para ouvirem o que ela tinha pra contar e fazia questão de dizer que “os verdadeiros Botas” são a família dela. Pois o Beco onde moram leva o nome de Botinhas por conta do conjunto musical que foi criado pelo seu esposo. E aos poucos a casa da Tia Jota foi enchendo de gente, que faltaram até cadeiras. A grande maioria eram os

⁸ Os acontecimentos relacionados a realização do Terno de Reis nas comunidades quilombolas tem sido destacado não só como um evento festivo, mas como um evento que marca a saudade dos momentos de lazer e descontração e a importância desses espaços de sociabilidade, que as vezes, nesses grupos familiares é uma das poucas formas de manifestação. Podemos ver isso na etnografia realizada por Silva (2006) no Quilombo da Anastácia, também localizado no município de Viamão: “O terno de Reis, os bailes e as festas religiosas encerram assim significados partilhados de uma memória individual que se conjuga com uma memória coletiva dentro do viver comunitário, assim encadeiam-se as observações dos interlocutores sobre esse período das suas vidas e de suas famílias. Falam de “saudade” de um tempo que se foi “terminado”, mas não esquecem das amizades e dos casamentos ocorridos [...], dos tocadores que vinham de todos os lados, culminando assim em traços marcantes dos laços estabelecidos.

O coletivo denota a marca maior do que é apreendido com o entorno, pois na interação com o “outro”, evidencia-se a fronteira que realiza os papéis sociais, as normas, condutas e olhares. Na lembrança desses homens e mulheres, ocorrem rupturas e encontros que ora os aproximam do todo, ora os conformam na parte, naquilo que entendem como parte de si, da sua história e assim o é com as lembranças nunca esquecidas, sempre revividas em relação a ancestral fundadora “Anastácia”.(SILVA, 2006, p.103). Outros trabalhos relacionados com comunidades negras também destacam essa prática religiosa e festiva como em Fernandes (1999), Bittencourt Junior (2006), entre outros.

⁹ O quilombo da Anastácia foi o primeiro a se autodeclarar enquanto comunidade remanescente de quilombo em Viamão/RS e está localizado no bairro Estância Grande.

adolescentes, com sede de saber sobre a história do conjunto que originou o nome do beco onde moram.

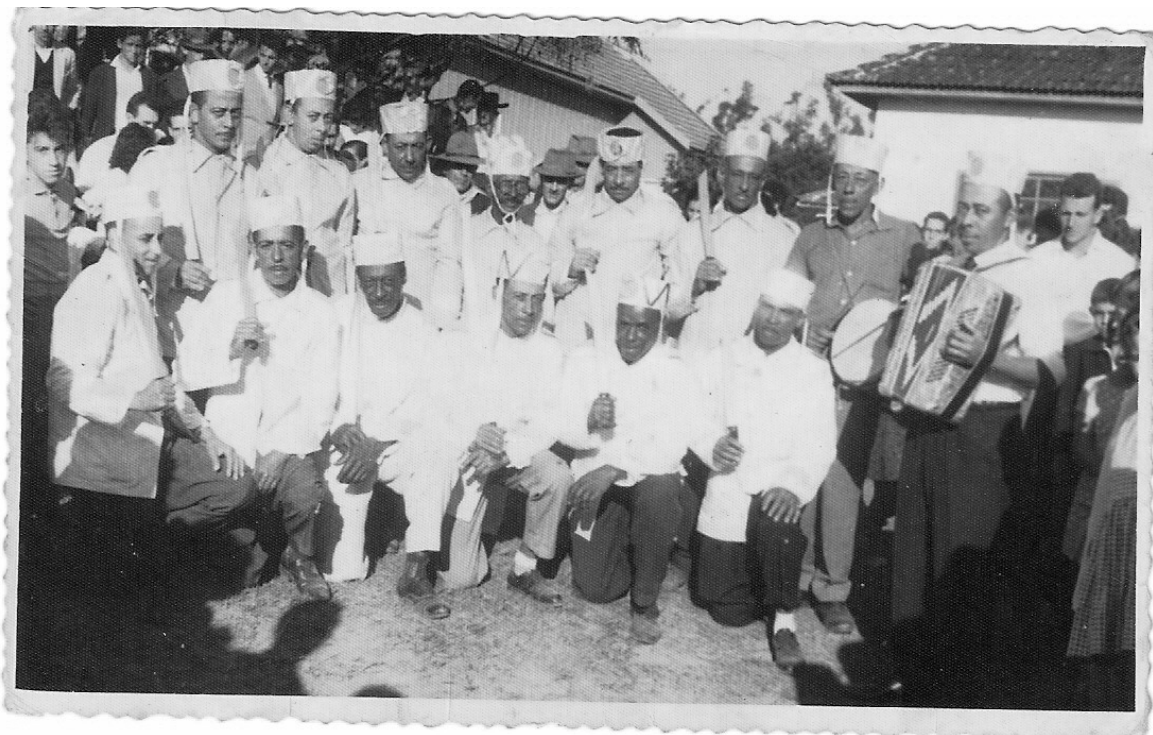


Figura 6 - Conjunto “Os Botinhas” terno de reis

Fonte: Acervo da associação quilombola Peixoto dos Botinhas.

Só pelo fato do resgate histórico, oral e fotográfico das origens do conjunto musical e o interesse dos mais novos, a todo momento as irmãs Jota e Preta colocavam as crianças no comprometimento de levar a diante as origens dos Botinhas e quem sabe criar um novo grupo. Ao mesmo tempo em que se queixavam dos jovens não querem mais saber de nada, Tia Jota dizia: *“mas seria um sonho ver o conjunto constituído novamente”*.

Os vínculos que foram estreitados pelas redes de parentesco encontram nos bailes um espaço de exercício de sociabilidade, com representações coletivas que atribuem significados e reconhecimento. E faz com que a reconstrução do passado, ou seja, o lembrar os bailes, as perdas, os conflitos, evoca um leque de possibilidades de interpretações dessas marcas. Dessa forma se faz necessário

destacar o papel que esses eventos festivos consagram na construção de alteridade desse espaço:

[...] são as grandes festividades na comunidade que inscrevem a memória coletiva nos corpos. No ritual festivo, tanto nos profanos como nos religiosos, a cadência ritmada dos corpos compassa a liberdade de se possuir um território para percorrer, ocupar, dançar [...]. É por essa história incorporada através dos rituais festivos que a unidade da comunidade se faz território. (ANJOS; ALMEIDA, 2002/2003, p. 56).

Na realização de eventos, como os bailes, eles revezavam com a comunidade Cantão das Lombas, que foi a pioneira em realização de festas. Que são lembradas até hoje como as festas da “Dona Joana”. Esse revezamento se dava da seguinte forma: Peixoto dos Botinhas quando realizava as festas no salão, providenciava o conjunto musical, bebida e alimentação (essa alimentação variava, as vezes serviam um grande café com leite, bolos, pães e cucas ou churrasco, galetto, sopão, mocotó) e a comunidade do Cantão era convidada, então não precisavam pagar nada nem contribuir. E dessa forma quando as festas eram realizadas no Cantão das Lombas era recíproco, ou seja, os convidados eram convidados e não precisavam contribuir com bebidas e alimentos, mas o conjunto musical “Os Botinhas” sempre tocava uma ou duas músicas para retribuir o convite. Assim essas festividades trazem elementos de um cotidiano passado que fez parte de um território, fortaleceu os laços de parentesco e está sendo resgatado novamente.

Para Mendras (1978), os camponeses se caracterizam por estabelecerem relações sociais bastante próximas no interior das comunidades rurais, nas quais o parentesco e as coletividades locais são instituições marcantes. Além do interconhecimento, o autor salienta ainda outras características das comunidades camponesas, como a autonomia relativa frente às sociedades envolventes, a importância estrutural do grupo doméstico, a indistinção entre consumo e produção e a função decisiva dos mediadores e dos notáveis da comunidade. Por isso constituem grupos sociais de interconhecimento, pois as comunidades possuem certa homogeneidade cultural e fortes laços de sociabilidade baseados no parentesco e nos laços de amizade e neste caso na etnicidade.

No dia 25 de julho de 2009, a comunidade dos Botinhas realizou mais uma festa, um mocotó dançante. Nas semanas que antecederam a festa, a comunidade se reuniu para definir o destino dos lucros e organizar a lista de compras de ingredientes para o mocotó. Na última reunião, definiram que o dinheiro arrecadado seria usado para a compra do terreno da Associação. A festa ocorreu no CTG do Capão da Porteira e contou com a presença da maioria da comunidade negra e não negra das imediações. Muitas pessoas do Cantão das Lombas foram somente para o baile. Mais uma vez o salão estava decorado com TNT vermelho, verde, amarelo e preto. A festa foi bem divulgada e, por estar muito frio, algumas pessoas optaram por levar o mocotó para comer em casa e voltar somente na hora do baile. O conjunto musical que animou a festa é do filho de uma moradora quilombola que não cobrou o cachê. Para os que não gostam de mocotó, as mulheres preparam pastéis com recheios variados, quentão para os convidados se aquecerem do frio que fazia e muitos tipos de sobremesas. Após todos terem se servido do mocotó, o conjunto começou a preparar o salão para o baile, teve jogo de luzes, mesa de som e muitos instrumentos musicais, como gaita, guitarra, bateria e violão. O baile teve início e a partir daí começaram a chegar algumas famílias do Cantão das Lombas e vizinhos convidados. Na recepção do baile, estavam dois adolescentes quilombolas vendendo os ingressos e conferindo o dinheiro do caixa para prestar contas ao tesoureiro.

No final do baile, o tesoureiro se reuniu com as pessoas que ficaram responsáveis pela copa, bilheteria e equipe de limpeza – constituído por mulheres, homens, crianças e adolescentes – e providenciou a organização do galpão para entrega aos Patrões do CTG.

Verifiquei assim que o mito do isolamento não se configura aqui, tal como nas sociedades camponesas, como enfatiza Woortmann (1995),

[...] as famílias nucleares não são isoladas; pelo contrário, existem no interior de relações de parentesco e/ou vizinhança, em comunidades onde a troca de trabalho é um dos componentes centrais do padrão de reciprocidade [...]. (WOORTMANN, 1995, p. 49).

Minha tese mais geral é de que, por um lado, a reciprocidade em momentos festivos é a superfície de suporte da identidade quilombola. Por outro lado, essa festividade se sustenta sobre a reciprocidade cotidiana entre as famílias nucleares.

3.3 RELIGIOSIDADE E TERRITÓRIO

Alicerçar a identidade nas práticas cotidianas e extraordinárias pareceu-me uma estratégia de pesquisa que permitiria complementar as investigações já sobrecarregadas que associam os processos identitários às representações mentais.

Não dissociar o plano das representações do plano das práticas e ver as pessoas aferradas ao modo e ao espaço onde as coisas circulam, é um outro modo de associar o território tradicional e a identidade quilombola. Mesmo quando se trata da relação entre a religiosidade e o território, é através das práticas de reciprocidade que se pode perceber como uma comunidade historicamente reprimida em sua expressão religiosa, se mantém vinculando terras, homens e mulheres através da circulação de ervas e corpos inseridos em sistemas de cura.

A religiosidade da comunidade se apresentou de forma atípica. Primeiramente quando a comunidade se reporta ao conjunto musical dos Botinhas, que eles eram muito atuantes nos festejos católicos e inclusive organizavam o Terno de Reis. Fui surpreendida ao entrar em algumas casas e verificar pequenas casinhas vermelhas em frente de algumas casas, espada de São Jorge em vasilhas com água atrás de portas, linhas de segurança amarradas nos braços e colares de contas coloridas “guias”.

Numa noite em que fui convidada para jantar na casa da Dona Laci – quilombola dos Peixoto dos Botinhas -, ela me mostrou várias ervas que eram utilizadas para fazer benzeduras. Entre um assunto e outro ela perguntou-me qual era a minha religião e o que significava a guia vermelha no espelho do meu carro. Expliquei que a guia vermelha era minha segurança e que freqüentava terreiros de umbanda e batuque. Neste momento Décio, levantou de onde estava sentado e me conduziu até o quarto de santo no quintal da casa dele. Um quarto de santo de Nação, com várias vasilhas de barro e flores. Além de ser um quarto de santo é

também o reduto dos gatos da casa dele que gostam muito de lá dormir. Décio diz que eles são os zeladores do quarto de santo.

No dia seguinte, comecei a perceber o porque de a comunidade procurar tanto a casa do Décio. Durante o dia algumas mulheres se dirigiam a casa dele acompanhadas de crianças, se dirigiam até o fundo da casa e voltavam com uma garrafa pet cheia de uma mistura de ervas. Exatamente três dias depois, descobri que o Décio além de adepto da religião de matriz africana é benzedor. Uma prática que foi herdada por ele através de uma tia, moradora do quilombo do Cantão das Lombas que faleceu há tempos. Inclusive as rezas que fazem parte deste ritual estão todas registradas em uma caderneta que ele considera como sendo um livro sagrado. Após essa situação ficar mais explícita pra mim de que ele é o benzedor de ambas as comunidades, entendi nos seus gestos e atitudes que são fatos que ele faz questão de preservar no anonimato.

No que se refere à liberdade religiosa, as famílias se auto intitulam católicas, e por motivos óbvios, históricos e sociais junto ao entorno não quilombola, não assumem a religião de matriz africana. Décio não realiza sessões lá em sua casa. Ele frequenta uma casa de religião na zona urbana de Viamão.

Chagas (2001) em seu artigo sobre a política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos", aponta que questões como essas fazem com que:

O modo como essas famílias "guardam" sua memória nessas estruturas narrativas, inscritas sobre o território, está intimamente relacionado com a sua capacidade de imaginar o futuro, a partir da sua própria condição de existência. Neste sentido, de fato, é importante considerar que dispor deste território representa apropriar-se da própria história do grupo, das relações de lealdade e solidariedade, do parentesco, da religiosidade, da ritualidade festiva e das expectativas futuras projetadas sobre ele. (CHAGAS, 2001, p. 212).

Esse conceito de que as estruturas narrativas de uma comunidade tradicional estão inscritas no território é fundamental no sentido de que a história do território vai sendo construída através de práticas localizadas que se asseguram de recursos locais para reproduzirem tramas contínuas de relações de reciprocidade.

4 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE ASSIMÉTRICAS COM AGENTES DO PODER PÚBLICO E FAZENDEIROS LOCAIS

Tendo tratado das relações de reciprocidade no interior da comunidade, discuto neste capítulo, as relações raciais entre quilombolas e brancos, como relações, simultaneamente, racializadas e dissimuladas através da reciprocidade assimétrica.

Busco demonstrar neste capítulo como através de estratégias de condescendência, os agentes mais poderosos do entrono buscam regular as relações de assimetria com os quilombolas de modo a fazer prevalecer os interesses, em tramas de relações fundadas em reciprocidade.

4.1 ASSIMETRIAS COM OS FAZENDEIROS LOCAIS

Seguindo a solicitação das lideranças da comunidade Peixoto dos Botinhas, durante o final do mês de junho de 2009, procurei pelo comerciante mais antigo da região, a quem os quilombolas citam com alguém que sabe de muitas histórias e sempre os ajudou quando precisaram. O comerciante chama-se Pedro Felipe, tem 94 anos e encontra-se ainda lúcido. Ele mora no Beco do Pedro Felipe ao lado do Beco dos Botinhas. Recebeu-me muito bem em seu comércio e fez questão de ressaltar que o beco onde mora leva o seu nome, pois ele sempre foi muito bem quisto pelas pessoas da região.

A arquitetura do comércio não mudou, ele preserva as balanças de décadas passadas e atualmente ele e a esposa vendem somente bebidas e possuem mesa de jogos. Mas no mesmo beco os seus filhos construíram duas modernas lojas, sendo uma agropecuária e a outra um mini mercado que é franquia de uma rede de supermercados espalhados pelo Rio Grande do Sul.

Pedro Felipe sempre é citado pela comunidade, por conta da sua participação nos bailes nas duas comunidades e segundo suas narrativas ele “sabia muito bem quando não era bem vindo nas festas”, mas nunca foi impedido pelos “morenos” de

entrar nas festas. A sua família era totalmente contra sua relação de amizade com os “morenos”. Quando ele assumiu o comércio da família, proporcionou crédito para as famílias quilombolas, o chamado “caderno”. Os quilombolas do Peixoto dos Botinhas “sempre pagaram em dia suas despesas”. Mas os quilombolas do Cantão das Lombas, segundo ele, tinham dificuldade em pagar, dessa forma ele sempre aceitava como pagamento, vacas, carneiros, galinhas, porcos e terras. Inclusive ele mostrou que boa parte das terras que possui se deve ao pessoal do Cantão. Quando as terras acabaram, as pessoas trabalhavam para ele no mercado ou em suas lavouras.

Relatou ainda, que quando os quilombolas do Cantão conseguiram quitar suas dívidas no mercado. Começaram a pedir comida e roupas, nas casas dos granjeiros e fazendeiros da região, o que segundo ele se perpetua. E quando sua esposa os vê chegando próximo ao comércio ela grita: “[...] lá vem os pedichões do Cantão!”. A esposa acompanhou toda nossa conversa durante os três dias em que visitei Pedro Felipe. O seu semblante mudava sempre que ele falava das terras e dos apelidos que foram dados aos quilombolas. Em alguns momentos o desconforto dela era tamanho que se retirava dos locais onde estávamos.

O Beco do Pedro Felipe é uma via de melhor acesso para a Comunidade Cantão das Lombas. Em frente ao comércio do Pedro Felipe existe uma figueira centenária, que foi cenário de muitas situações. Quando a comunidade se deslocava para compras ou festas sempre passavam pelo comércio do Pedro Felipe e descansavam a sombra da figueira. Foram providenciados coxos para dar de beber aos cavalos, cravados pequenos tocos para amarrá-los e ainda construíram bancos para que as pessoas pudessem descansar a sombra da árvore antes da longa jornada e foi o principal local em que parávamos após as caminhadas pelas terras do comerciante.

Nos três dias que mantive contato com o Pedro Felipe, percebi um certo desconforto entre os demais comerciantes do local, principalmente pelos políticos locais. A todo o momento que me viam junto a ele, perguntavam de onde eu era, o que fazia por lá, quais os meus interesses com os “morenos” dos Botinhas ou se eu possuía algum parentesco com a comunidade. E eu fui respondendo a todas as perguntas, informando que sou pesquisadora da Universidade, sem vínculos de parentesco etc.

A partir deste contato foi possível perceber que as relações de patrões e empregados se perpetuam em modalidades de relações assimétricas de reciprocidade. Até hoje, quando o comerciante precisa de força de trabalho para as suas lavouras é nas comunidades que ele busca mão de obra barata. A conformação das identidades de patrões e empregados, nesse caso aqui exposto, dos fazendeiros e dos quilombolas, não destoa do que Brandão (1986) discorre sobre identidades:

[...] as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; por se ter de estar em contacto, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado¹, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são, mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. (BRANDÃO, 1986, p. 42).

E, nesse “reconhecimento social da diferença” em regiões onde se localizam as comunidades quilombolas essa relação social é composta por uma relação assimétrica, marcada por uma estrutura de dominação, como está bem delimitado na região do Cantão.

Quando os “pedichões do Cantão” batem a sua porta em busca de sobra de alimentos e roupas ele os “ajuda”, mas há troca de favores. Ou seja, a troca se dá sob forma de trabalho na casa dele, no comércio ou na lida com os animais. Considero essa relação como uma forma de reciprocidade negativa. Oliveira (2003) destaca no conceito de reciprocidade negativa, o fato de que pode ser plenamente traduzida em evidências materiais, refletindo um desequilíbrio acentuado no valor dos bens trocados. Já a negação da dívida se expressa em uma ausência de deferência ostensiva, percebida como um insulto ou ato de desconsideração, que frequentemente não pode ser traduzida em evidências materiais. É pela recusa a negação da dívida que a relação de supremacia racial, como modalidade de violência doce, pode passar se não dissimulada, pelo menos inquestionável.

¹ E essa relação de dominantes e dominados, também podemos nos apoiar em Deleuze (2001, p. 62) quando ele diz: “O que define um corpo é esta relação entre forças dominantes e forças dominadas. Qualquer relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político. Duas forças quaisquer, sendo desiguais, constituem um corpo a partir do momento em que entrem em relação: é por isso que o corpo é sempre fruto do acaso”.

Outro comerciante chamado Valdivino (87 anos), anos era o mascate da região. Sua família levantou um rancho próximo do território fundado pelas primeiras africanas que chegaram à região. Segundo ele, seus avós contavam, que as africanas levaram muito tempo para casar e constituir família mas tiveram filhos antes de casamento. Como as africanas e seus filhos não possuíam dinheiro para adquirir os produtos que vendiam, eles utilizavam a mão de obra como moeda de troca. Valdivino relata que “Seu Afonso” do quilombo dos Botinhas era muito bom na confecção de cercas de taipa:

[...] o Seu Afonso fazia uma cerca como ninguém, ele fez cerca pra todo mundo aqui da nossa região, e ainda ensinou o pessoal do Cantão, tanto é que quando começaram o pessoal das sesmarias começou a pegar a terra aqui, o Seu Afonso mais o pessoal do Cantão pegaram um dinheirinho bom fazendo cerca (Valdivino, fazendeiro e ex-comerciante da região do Capão da Porteira).

Meu contato com o seu Valdivino, se deu também por intermédio da comunidade dos Botinhas e do seu Pedro Felipe. A casa do ex-mascate fica localizada na divisa das duas comunidades. Fui recebida por ele, nas duas vezes que estive lá, na rua, mais precisamente do lado de fora da porta da cozinha. A comunidade conta que a única pessoa “morena” que entrava na casa dele era a Tia Pretinha, que faleceu no final do ano de 2008. A mesma faleceu com 89 anos e trabalhou a vida inteira para ele, foi seu primeiro e único emprego. Enquanto eu conversava com ele, Décio que me acompanhava, foi “convidado” por seu Valdivino a ir até a roça colher aipim, abóbora e caqui. Décio se dirigiu até a roça e o mascate comentou que toda vez que ele precisa de ajuda, pois já está velho demais pra fazer o trabalho da roça, conta com a ajuda do Décio para colher e plantar. Mas infelizmente não presenciei nenhum tipo de agradecimento verbal nem sob forma de troca de produtos que foram colhidos.

É essa supremacia baseada em reciprocidade que possibilita um padrão de relações raciais em que os fazendeiros simultaneamente se apresentam como protetores condescendentes e guardiões de uma moralidade local. Sob esse padrão de relações a criação de uma associação de moradores é altamente improvável, o que faz com que sua emergência seja efetivamente um acontecimento.

Em outra ocasião de campo pude perceber que esse padrão de relações de reciprocidade se estendia do exterior ao interior das relações entre as famílias das comunidades quilombolas. Após a janta, em uma das casas em que estava hospedada, de Zilda e Maia no Cantão das Lombas, fomos surpreendidos pela Alvina. Ela é uma senhora de 64 anos, quilombola do Cantão, a sua casa é a mais humilde de todas na comunidade e fica a margem de uma sanga. Todas as vezes que tentei ir até lá para conversar e conhecê-la, ela sempre tinha compromisso e não podia me atender. Por não pagar mais passagem de ônibus ela sai diariamente com as filhas ou com o esposo para arrecadar alimentos e roupas para a família nas redondezas e no centro do município. Costumo encontrá-la com frequência no ponto de ônibus no centro de Viamão, sempre com muitas sacolas e sacos, embarcando para o quilombo.



Figura 7 - Cantão das Lombas – Residência de Alvina

Fonte: Dados da pesquisa empírica realizada em junho de 2009.

Alvina bateu palmas e foi chamando os donos da casa do lado de fora da porteira perguntando se havia sobrado janta. Zilda e Maia pediram que ela entrasse, pois ainda tinha janta. Alvina entrou jantou e trouxe um pote plástico para levar as

sobras para casa. Ela é casada com o irmão mais velho de Maia. E os seus filhos, o esposo e ela são conhecidos como os “pedichões do Cantão”. Alvina jantou, tomou café e chimarrão, se despediu de todos, levou as sobras, agradeceu e foi embora.

Maia foi dormir e as mulheres organizaram a cozinha que também era o meu local de descanso. Ficamos conversando sobre a Alvina e Zilda me disse que a conheceu quando ela tinha 20 anos. Alvina já saía pelas casas e pelo comércio, pedindo roupas e comida,

[...] ela pedia tudo que via, se ela via uma banana em cima da mesa ela pedia! A finada mãe dela era igualzinha. Saia lá da Barrocada onde moravam e ia di a pé lá no Tapumes pedir, ela aprendeu assim e eu acho que faz até hoje porque já veio da mãe dela isso. Só que aí todo mundo acha que é nós tudo aqui do quilombo que somos assim. Mas com a gente é diferente. A gente ganha muita coisa das pessoas e o que a gente não quer a gente dá pra quem precisa. Mas a Alvina não divide nada, se não serve ela guarda até estragá só pra não dá pros outros.

Segundo Maia e Zilda, Alvina e a família moravam na Barrocada conhecido antigamente como Capão Alto, localizado entre os Botinhas e Cantão das Lombas. A mãe de Alvina era doente e não tinha como sustentar os filhos pequenos e pedia comida nas fazendas e na casa dos quilombolas do cantão e dos Botinhas. Quando casou com o irmão do Tio Maia, trouxe a mãe para morar com eles no Cantão. Nas caminhadas que fiz pela comunidade pude ver que no terreno onde Alvina mora representa espacialmente uma outra ilha localizada no território da comunidade, há 4 casas distribuídas geograficamente que formam um círculo. Nessas casas moram duas filhas da Alvina que são casadas com os filhos de um irmão do Maia e em outra casa mora uma prima com 87 anos. Dois filhos da Alvina são peões em uma cabanha, que se localiza próximo, a Capivari e final de semana visitam os pais. Na casa da Alvina há 12 crianças com idade entre zero e 14 anos. Das 12 crianças sete tem distúrbios mentais. Não há horta nem plantações e pelo que me informaram eles não plantam na terra de ninguém nem prestam serviço em fazendas ou para os vizinhos. Alvina e o esposo recebem aposentadoria de agricultores rurais e em época de colheita Zilda e outros parentes mandam batatas, milho, feijão e aipim para a família, pois todos sabem que eles não plantam.

A naturalização desse padrão de relações se constituiu nas metamorfoses

escravo em regimes de servidão mais ou menos encobertos. A exemplo disso pude presenciar em uma outra ocasião num almoço na casa da Zilda. Enquanto preparava o almoço para esperar uma prima que ia visitá-la, matou duas galinhas, fritou na panela de ferro e preparou macarrão. Entre uma tarefa e outra as Zilda conversava sobre as suas lembranças de uma infância difícil em que começou a trabalhar cedo. Aos seis anos ela já cuidava de outras crianças “...*eu reparava os nenês no berço, pras mãe trabalhar e passar roupa, arrumar a casa e descansar.*” Este seu primeiro trabalho foi na fazenda Luciana que fica na divisa do quilombo do Cantão das Lombas com Santo Antônio da Patrulha. Trabalhou nesta fazenda até completar 13 anos, depois foi trabalhar em Porto Alegre na casa da filha da dona da Fazenda ficou, lá até aos 16 anos. Foi quando decidiu voltar para cuidar da mãe que estava muito doente. Começou a namorar Maia, a sua mãe faleceu e continuaram morando na casa, foram aumentando com o tempo, pois a família cresceu com a vinda dos quatro filhos. Zilda diz nunca ter recebido dinheiro em troca do trabalho que desempenhou na fazenda, ganhava apenas roupas, comida e um lugar para dormir. Sua mãe também ganhava roupa e comida pelo fato de Zilda trabalhar lá. Na sua narrativa ela reflete como conseguia dar conta do trabalho com tão pouca idade, “[...] Luciana, as coisa era ansim mesmo naquela época, hoje a gente diz que explorava nós tudo né. Tu vê eu era uma criança que cuidava de outra criança. E ainda apanhava quando os nenê chorava” (Zilda – Cantão das Lombas).

Nesse dia enquanto preparava o almoço Zilda reclamou de dor de cabeça, quis tomar um chá antes do almoço, começou a demonstrar cansaço físico e um olhar vago. Optou por encerrar a conversa sobre a sua vida de trabalho na infância. Percebi que certas lembranças, principalmente as de quando apanhava de seus patrões não havia lhe feito bem.

4.2 DAS REDES DE ASSIMETRIA À ORGANIZAÇÃO CORPORADA

Esse padrão de reciprocidade assimétrica, ao mesmo tempo em que fragiliza a autonomização das comunidades reforça as fronteiras raciais. Pude presenciar algumas vezes o fato de que os granjeiros e fazendeiros se sentem à vontade em freqüentar reuniões da Associação dos Botinhas com o INCRA. Atualmente o Salão

Princesa Isabel é onde ocorrem às reuniões da Associação quilombola é bem freqüentado por granjeiros e fazendeiros. Quando representantes da comunidade realizam reuniões para tratar de questões relacionadas ao quilombo, como o salão é, em princípio aberto a todos e tem características de comércio, eles sentem-se à vontade para freqüentá-las.

Em uma reunião que ocorreu com a presença do INCRA, havia mais granjeiros e fazendeiros do que os quilombolas. Causou enorme desconforto entre os dois lados e os efeitos desta reunião se deu sob forma de desemprego em massa entre os quilombolas. Desde esta reunião os quilombolas que trabalhavam como efetivos nas fazendas, só atuam na região sob forma de empreitada em épocas de colheita ou plantio. E foram empurrados para a zona de urbana de Viamão e Porto Alegre em busca de emprego.

Apesar do constrangimento físico e, sobretudo moral, a comunidade continua se mobilizando e tem tido possibilidades de acessar as políticas públicas do município. No mês de agosto de 2009, eles acionaram o poder público municipal por duas vezes, pois o único Posto de Saúde da comunidade estava sem médico. Também o acionaram quando seus adolescentes estavam prestes a perder o auxílio concedido pelo governo - Bolsa Família por erro no cadastro da Prefeitura Municipal. Convocaram também a Comunidade do Cantão das Lombas para irem juntos até a Prefeitura reivindicar por melhorias em ambas as comunidades. Foram recebidos pelo Prefeito, e o mesmo se responsabilizou em levar um ônibus da Secretaria da Saúde a cada 15 dias com médicos e enfermeiros para atender as comunidades.



Figura 8 - Quilombolas do Cantão das Lombas e dos Botinhas em reunião com o Prefeito de Viamão

Fonte: Viamão (2010).

A exigência que o Prefeito fez foi a de que o ônibus iria atender as duas comunidades em frente ao Salão Princesa Isabel no Beco dos Botinhas. Para isso o Cantão das Lombas deveria se deslocar até lá para obter atendimento. Após as comunidades marcaram uma reunião interna para decidir como o deslocamento do Cantão das Lombas seria feito nos dias de atendimento do ônibus da saúde. E ficou decidido que duas carroças de boi dos Botinhas seriam cedidas para fazer o transporte das pessoas. Em uma seguiriam os mais velhos e na outra as crianças e os jovens. Esta iniciativa do transporte em carroça de bois teve êxito somente uma vez, pois na segunda vez, além do ônibus da Prefeitura não comparecer no local combinado às pessoas do Cantão tiveram dificuldade em se deslocar por questões climáticas.

Fora o ocorrido, é importante pontuar que no mês de junho de 2009, fui convidada pela comunidade dos Botinhas a participar de uma reunião na comunidade do Cantão. Essa reunião era de apresentação da nova equipe da prefeitura responsável por atender as demandas das comunidades. A reunião contou com a presença da prefeitura de Viamão e decorreu de poucas falas quilombolas, as pessoas que faziam parte da comunidade Cantão, não se pronunciaram, apenas ouviram e os quilombolas dos Botinhas, solicitaram intervenção apenas na sua comunidade.

Desde 2004 que as reuniões da comunidade Cantão das Lombas são realizadas no espaço da Igreja – de cunho católico -, que localiza-se dentro do território quilombola, e é chamada de “Igrejinha”. Em 2006 o Pároco de Tapumes, proibiu a comunidade de se reunir no espaço, ele alegava que o local era destinado a orações, missas, batizados e casamentos não para reuniões quilombolas. Com a troca de pároco, a Igreja ficou fechada e atualmente é administrado pela liderança quilombola Edson. E quando lhe é perguntado sobre a realização de reuniões no espaço da “Igrejinha” ele responde: “...só vamo fazê reunião na Igrejinha quando vié argúem importante nos visitá”. Pois quer manter o lugar bonito e tranqüilo, considera que a Igreja não seja o local para discussões. Considera também que quando se encontram para reunião há muita “gritaria” e Jesus Cristo pode não gostar.

Com o fato da comunidade do Cantão das Lombas realizar reuniões em seu espaço, considerado para receber as visitas, convidando os “de fora” – ali representados pelo poder público e pesquisadores -, e os “de dentro” – integrantes das comunidades dos Botinhas e do Cantão o estabelecimento de relações de reciprocidade simétrica entre os “de dentro” é evidente. Pois a reciprocidade é o princípio pelo qual a produção é dada a outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas tendo consciência de uma comunidade de interesses que leva a uma obrigação moral de apoiar os outros. E por meio da reprodução das dádivas entre pessoas ou formas simétricas da organização social, a produção dada é valorizada pelo seu valor de uso ou seu valor simbólico (CASTEL, 2006).

5 INTER-RELAÇÃO COM OUTRAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Percebe-se pelo inventário do capítulo anterior, sob que obstáculos uma comunidade se impõe diante de seu entorno racializado como remanescente de quilombos. Neste capítulo, devo explicitar que as associações, como espaços de reivindicação territorial, se sustentam não apenas graças ao histórico de relações de reciprocidade que aferram as pessoas ao espaço, mas também graças às relações de dádivas políticas entre as comunidades que já se apresentaram nesse espaço de emergências.

Já discuti as relações internas, no terceiro capítulo, apoiando-me em autores como Woortmann (1995) que trabalharam a reciprocidade entre famílias camponesas. Verifiquei tal como nesses estudos a importância do parentesco para a manutenção das famílias rurais em um território tradicional comum. Cabe neste tópico analisar como na relação entre os troncos familiares de descendência dos Botinhas e do Cantão, inseridos em territórios diferentes, as alianças possibilitam o acesso a políticas públicas.

A intensidade da sociabilidade é justificada nas falas por ser entre territórios vizinhos e que além de vizinhos são parentes. Ao teorizarem sobre a relação entre as duas comunidades, os moradores não deixam de levar em consideração a importância da rede que se criou e se fortaleceu com o passar dos tempos e que também gerou confiança entre os participantes. É essa confiança que sustenta as atuais ações políticas conjuntas.

5.1 INTER-RELAÇÃO COM A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS CANTÃO DAS LOMBAS

As relações de parentesco entre membros dos Botinhas com a Comunidade do Cantão das Lombas são grandes. Uma das lideranças quilombolas dos Botinhas é o responsável pelo único cemitério da região, e possui em casa muitas certidões de óbitos. A partir da verificação de algumas certidões de óbito e uma tentativa de

montar a genealogia para ver a ligação de parentesco com o Cantão das Lombas, foi possível identificar que os sobrenomes mais comuns nos Botinhas são: Moren Peixoto e Cardoso Lopes. No Cantão das Lombas são Gomes e Rosa. Inclusive foi possível identificar a certidão de óbito de uma filha da africana Pelônia.



Figura 9 - Família Moren Peixoto – Quilombo Peixoto dos Botinhas

Fonte: Acervo da Associação Peixoto dos Botinhas.

Na comunidade dos Botinhas, perpetua-se o hábito da lida com gado e da utilização de carretas de boi para se locomoverem de uma comunidade a outra. E foi nesse meio de transporte que me levaram para visitar o Seu Afonso, figura ilustre na comunidade dos Botinhas. Ele mora a aproximadamente 35 km do vilarejo, onde residem grande parte das famílias, o local faz divisa com Santo Antônio da Patrulha e com o Cantão das Lombas e a paisagem é de mata atlântica. Neste local existem três casas, uma do Seu Afonso que mora com a filha, uma do neto e a outra da sobrinha do Seu Afonso. Este núcleo familiar teve acesso à energia elétrica apenas em 2007, no local não há saneamento básico, a água é coletada há séculos numa vertente que fica localizada no terreno da família, mas já faz parte de Santo Antônio da Patrulha. Para chegar até a vertente é preciso caminhar aproximadamente 1 Km, nem a carreta de boi passa pelo caminho que leva ao local. A casa do Seu Afonso

foi construída em cima de uma pedreira, como ele está com 89 anos e tem dificuldade de se locomover, quase nunca sai de casa. Ele só sai para ir à Igreja Universal, inclusive ele exhibe os diplomas de membro da Igreja, dele e da filha na parede da sala da casa. Bem como a televisão que sempre foi o seu sonho de consumo e conseguiu conquistá-la com a chegada da luz. A chegada da luz se deve ao Programa Luz Para Todos do Governo Federal, por iniciativa da comunidade que exigiu do poder público luz para as três famílias que residem com o Seu Afonso. Seu Afonso disponibiliza pequenos pedaços de terras, para que as famílias quilombolas dos Botinhas que moram no vilarejo e não tem espaço pra plantar, plantem na sua terra. Quem planta lá, sabe bem onde é o seu espaço e ajuda no plantio e na colheita dos demais.



Figura 10 - Família do Sr. Afonso Silva – Quilombo Peixoto dos Botinhas

Fonte: Dados da pesquisa empírica realizada em junho de 2009.

Seu Afonso confirmou as histórias do Seu Valdivino – o mascate - e fez questão de dizer que nunca trabalhou de graça para ninguém e sempre foi muito respeitado por todos da região, sejam brancos, negros, do Cantão ou dos Botinhas. Seu Afonso não sabe direito das suas origens. Só sabe que ele foi “dado” quando pequeno, para ser criado para um casal de granjeiros de Águas Claras (outro bairro

de Viamão) e quando cresceu e se casou com uma quilombola dos Botinhas, escolheu ir morar no quilombo e criar sua família próximo aos parentes da esposa. A escolha do local para morar se deu também segundo ele: “[...] *as festas que eram muito boas [...], então é melhor morar perto das festas do que ter viajar sempre e ir embora cedo.*”

Seu Afonso está muito debilitado devido à idade e os anos de trabalho na construção de taipas. Em suas narrativas ele se emociona ao falar da esposa e sente muito sua falta, Dona Felicidade faleceu há 8 anos e ele gosta de relembrar os bons momentos em que passaram juntos e das histórias que ela contava da Africana Pelônia. Quando a esposa dele era viva eles realizavam muitas festas lá, inclusive tinham um galpão só pra fazer festa, e quando as pessoas iam pra lá, tinham que ir pra ficar. Não tinham como voltar pra casa e ao amanhecer a festa continuava. Ao ser indagado por mim, o que tanto festejavam, ele me respondeu com um olhar sério: “[...] ora, a gente festejava a vida, a gente festejava quando acabava alguma empreitada, quando acabava uma cerca na terra dos granjeiros e quando recebia uns pila também né... risos”. (Seu Afonso, Comunidade Peixoto dos Botinhas).

Ao cair da noite, Seu Afonso me contou que quando não tinha luz, era com lampião que o povo se “virava”. Agora que possui luz ele até estranha, mas na hora das novelas ele exige silêncio. Ninguém pode conversar e todas as luzes têm que ficar apagadas pra economizar energia. Nesta noite antes de nos recolhermos pra dormir a filha do Seu Afonso fez uma corrente de orações agradecendo minha presença, após comemos angu com leite e todos se recolheram. No dia seguinte, Seu Afonso me mostrou os macacos – Bugios- Ruivo - que segundo ele são uma família e o bugio mais velho tem a idade dele, depois me mostrou fotos, muitas fotos e fez questão de dizer que só não participou do conjunto musical dos Botinhas porque não tinha ritmo.

Ao procurar conhecer os mais antigos da comunidade dos Botinhas, conheci a Tia Pequena. Tia Pequena foi a mulher que revolucionou a comunidade, pois ela casou aos 46 anos com o Seu Jones que na época tinha 18 anos. Se conheceram num baile na Comunidade dos Botinhas, Jones é quilombola do Cantão das Lombas e trabalhava na mesma fazenda que Tia Pequena. Ela é chamada assim, pois é muito pequena deve ter menos de 1,50m de altura. O casal não teve filhos, mas possuem mais de 20 afilhados que consideram como filhos. A casa do casal é toda decorada com símbolos tradicionalistas, chapéus de rodeio, ferraduras, guampa de

boi, cabeça de boi, tapete com pele de boi. Seu Jones e Tia Pequena gostam muito dos festejos da semana farroupilha e de rodeios. Possuem quatro cavalos e participaram há anos das cavalgadas tradicionalistas. Tia Pequena atualmente sofre de dores crônicas nas costas e nas pernas e quando tem muita dor ela chama o Décio pra fazer rezas e benzeduras nos locais das dores. Ela acredita muito nas rezas do Décio que também é afilhado dela e tem grande estima e respeito por ela.

As relações de afetividade e sentimento de pertença ampliam cada vez mais a ligação com a Comunidade do Cantão das Lombas o que possibilita o fortalecimento do pertencimento do grupo com base nas relações de consangüinidade, que com o aprofundamento da genealogia e a distinção dos troncos irá facilitar o entendimento parental de ambas comunidades.

Nestas falas e no convívio que tive durante dois meses e meio no intuito de intensificar a proposta etnográfica, foi possível perceber os vínculos entre as comunidades. Além dessa troca de ensinamentos como é o caso da construção de cerca de taipa, as festas e as lutas para melhores condições de vida e acesso a saúde.

Sobre a troca de ensinamentos no Cantão das Lombas há uma pessoa de fundamental significância que sempre é citado nas narrativas dos Botinhas, Seu Arno Gomes que é primo da Edegi Gomes que mora nos Botinhas e Irmão de Nilza Gomes que mora na Comunidade de Limoeiro em Palmares do Sul portanto é um tronco importante de ser estudado genealogicamente. Seu Arno é conhecido por todos pelo apelido “Tio Cai-Cai”, aos 70 anos de idade ele é detentor de conhecimentos sobre o que é considerado agroecologia, ervas medicinais, cultivo de plantas e de hortas. Em 2005, quando do meu primeiro contato com a comunidade ele foi à primeira pessoa com sede reivindicar pelos os direitos da comunidade quilombola. Todas as vezes que foi preciso se dirigir ao Ministério Público Federal - MPF para exigir direitos e cumprimento da lei, eu acompanhei o receio que ele tinha por ser analfabeto. Ele achava que não podia falar com outras autoridades de fora da comunidade por não saber se expressar e não ter o dom da leitura.

Cai-Cai mantém contato diário com seus irmãos, pois todos moram na comunidade com exceção da sua irmã viúva que mora em Palmares do Sul na comunidade quilombola de Limoeiro. E como ela mora sozinha e está muito longe da família, irá se mudar e morar ao lado da casa do Cai-Cai, onde morava a mãe deles que faleceu recentemente. Ele demonstrou ser bastante sensível a questões de

saúde e disponibilidade para ajudar sempre que solicitado, preocupa-se em auxiliar e fazer o bem para as pessoas, para também ser merecedor de auxílio, quando necessário. Tem medo de ficar mais velho e não ter alguém para cuidar dele e acabar tendo o mesmo fim do seu Tio Fortunato e acabar num asilo.

Sua fala é carregada de humildade, uma mistura de sentimentos como alegria e orgulho por ser mantenedor de muitos saberes, desde conhecimentos específicos rurais – que aprendeu sozinho- sobre a terra até a sabedoria de como viver bem e em paz com a natureza, sempre respeitando os seus limites. Quando o assunto é terra ele expressa grande preocupação em relação ao reconhecimento e legalização das terras, teme em perder o rancho onde é morador há tantos anos, pois o tio Fortunato permitiu que ele morasse lá com a família “de boca”, não deixou papéis documentados sobre isso. Alega que se tiver que sair da casa não tem para onde ir. A todo o momento se diz ser analfabeto e demonstra medo ao pensar que se alguém bater a porta dele e pedir apresentação de documentos ele não tem como provar o seu direito. Pois sabe que nada se comprova apenas verbalmente, em especial na questão das terras.

Segundo Tio Cai-Cai são todos parentes, mas mesmo assim fizeram questão de separar seus lotes de terra para se precaver da apropriação indevida por parte de estranhos. Em 2005 lembro que a comunidade era cercada de muita mata nativa e agora em 2009 o que se vê são apenas campos limpos. Isso se deve a apropriação indébita de forasteiros que arrendaram terras de uma prima do Tio Cai-Cai para plantar eucalipto. E ele juntamente com as lideranças conseguiu embargar o plantio e impediram que continuassem desmatando e utilizando venenos na terra. Mas o resultado é que hoje a área que começou a ser modificada sofreu as conseqüências e o Tio Cai-Cai diz que agora onde eles mexeram vai ser difícil nascer mais alguma planta.



Figura 11 - Quintal da residência do Sr. Arno Gomes “Tio Cai Cai” – Quilombo Cantão das Lombas

Fonte: Dados da pesquisa empírica realizada em junho/2009.

No pátio da casa dele possui vários tipos de ervas medicinais, flores, árvores frutíferas e animais de pequeno porte como porcos, galinhas e cabritos. Ele guarda com muito orgulho ferramentas e uma carreta antiga feita de aço, que foi herança do pai dele. Com aquela carreta ele se deslocava para os bailes na comunidade dos Botinhas, inclusive o apelido se deu por conta de uma música que era tocada pelo conjunto e tinha no refrão a melodia “Cai Cai, vai Cai Cai”. Ele conta que o Bota tocava só pra ele essa música.

Mas em meio a uma conversa e outra sempre vinha a tona a sua preocupação com o futuro da comunidade. O seu desejo é de que a comunidade tenha uma associação como forma de proteção aos seus direitos sobre o território. Durante o tempo em que convivi com ele e a família, foi possível conhecer de perto as deficiências do local. A extensão territorial que permeia a comunidade é grande, são muitos hectares. Ele conta que até pouco tempo não havia necessidade de possuir cerca nas casas. O gado era criado solto e eles só tinham o cuidado com os barrancos, para o gado não se perder nos campos. Mas com o passar dos tempos muitas famílias foram vendendo pequenas porções de terras para pessoas “de dinheiro” e eles se viram obrigados a construir cercas para proteger o que é seu – no

caso aqui – as terras. Fomos até a lagoa dos Tapumes que faz divisa com Viamão separando os dois municípios. E lá ele me mostrou a precariedade da água que abastece a comunidade. Os exames laboratoriais realizados pela secretaria da saúde apontam altos índices de contaminação. São poucas as casas que possuem banheiro completo, 70% ainda utilizam latrinas o que aumenta a proliferação de coliformes fecais na água que é consumida.

A casa do Tio Cai-Cai está situada em um local muito agradável, em especial o quintal, onde há uma plantação de taquareiras que balançam com soprar do vento que além de oferecer um pouco de frescor no ar, também oferecem um suave som, ruídos produzidos pelo toque de uma taquara batendo na outra. Ele possui um rancho onde guarda as ferramentas, ao no lado de fora existem grandes recipientes de plástico os quais coletam água da chuva. Ele assistiu em programa de tv como era o procedimento de uma cisterna, como não tinha condições financeiras para construir uma, adaptou os recipientes plásticos. A grande preocupação da família é ter água limpa para consumir.

Tio Cai-Cai quando criança morava com a sua mãe Maria Luiza Gomes, e suas cinco irmãs: Vilma Gomes, Nilza Gomes, Jorge Gomes, Claudio Gomes, e Ismael Gomes, apelidado de Maia. Há cem anos atrás a grande maioria das crianças da comunidade, não recebiam o sobrenome paterno. Mesmo quando cientes da paternidade, como forma de evitar conflitos entre as mulheres, os pais evitavam registrar os filhos. Seu Arno diz que o pai dele se chamava Francisco Alves e era considerado "riuno", o que significa ter pelo menos um filho em cada família.

As terras, onde morava sua falecida mãe, foram ganhas "de boca", de uma mulher negra conhecida como Maria Grande. Tio Cai-Cai me levou até o local das terras, passamos por 2 banhados e 2 córregos. No caminho até o local, ele parava a todo o momento mostrando a importância de ter a área do córrego com vegetação. Ele diz que quando se desmata um córrego a água vem atrás do que é dela e é por isso que as tragédias estão acontecendo. "*A natureza está querendo de volta o que a gente tirou dela e não devorveu*". Mostrou-me a diferença do solo quando nos aproximávamos dos banhados sempre apontando o que é bom para plantar em cada tipo de solo.

Chegando ao local visualizei uma belíssima fazenda, muito bem equipada e cercada, inclusive cerca elétrica. Ao avistar o local Tio Cai-Cai disse: "*aqui que a gente morava e era feliz... a gente tinha terra pra plantar. Minha mãe gostava muito*

de plantar". Ele conta que quando era criança por volta de 13, 14 anos, foram surpreendidos por um fazendeiro que começou a cercar as terras vizinhas, até que a família ficou sem ter onde plantar. A mãe dele pediu permissão para Maria grande, vendeu as terras para o fazendeiro e dividiu o dinheiro entre ela e a amiga.

Tio Cai-Cai não tem idéia de quanto foi o valor das terras que foram vendidas, mas lembra que a mãe não tinha mais o que fazer para sustentar o lar. Foi neste momento que ela começou a ceder os filhos para trabalhar nas fazendas em troca de casa, comida e alguns trocados. Ele foi cedido para Fazenda de Marina Abreu e Osório Campos, fazendeiros do Morro Grande em Viamão. Neste local ele era responsável por cuidar da roça, lavoura e do gado. Ao ser questionado por mim sobre como aprendeu a lidar com essas práticas, ele respondeu que aprendeu tudo com a "experimentação". Podemos considerar que ele seja um autodidata quando ele se refere aos experimentos que realizava.

Na roça ele aprendeu muita coisa com a mãe dele, mas, segundo suas palavras: "[...] *a experimentação foi o que muito me salvou*". Ele ia experimentando novas formas de plantar, novas formas de colher até dar certo. Durante este período em que trabalhou na fazenda até os 24 anos, vivenciou respingos da escravização, sofria agressões físicas "[...] *eles me batiam muito de relho!*" cada vez que os experimentos não davam certo. Neste momento em que as recordações vinham à tona ele se emocionava a ponto de não conseguir falar. Nos dez anos em que viveu na fazenda ele acumulou conhecimentos sobre adubagem, cuidado com as plantas, de como plantá-las, cultivá-las, conservá-las, e também o conhecimento sobre ervas medicinais, pois a dona da fazenda exigia tomar chás e ele tinha a obrigação de plantar as ervas que a fazendeira ordenava e ainda tinha que descobrir meios para cultivar cada tipo de chá. Ele considera que a forma como aprendeu as lidas da roça e da lavoura são a melhor forma de não prejudicar a natureza.

A casa do Tio Cai-Cai, localiza-se ao centro de 3 casas quilombolas, duas delas são da sua prima, Tia Chica – Francisca da Rosa Rodrigues que cedeu as duas casas para duas outras primas que não tinham casa morar. A terceira casa é ocupada por "Tavinho" – Otávio Rodrigues, que é irmão do falecido esposo da Tia Chica. No pátio da casa de Cai-Cai há um grande lote de terra de aproximadamente 3 hectares. Para me levar para conhecer a lavoura ele teve que pedir para o Seu Tavinho a chave da porteira. O que ocorre é que o lote de terra não é dele, ele planta para o Tavinho, pois na divisão de terras que Tia Chica realizou "de boca" ela

entregou metade das terras que faziam parte do terreno do Cai-Cai para Tavinho. Mas como Tavinho está debilitado para trabalhar na terra, ele permite que Cai-Cai adube, compre as sementes, plante, colha e a metade da colheita é entregue para Tavinho comercializar. Assim Cai-Cai cuida das terras como se fosse dele, *“gosto muito da lida com a terra, como eu não tenho eu planto na dele. Eu sei que não é justo, porque pra mim ele é igual aos branco que usam os nego pra trabalhar.”*



Figura 12 - Sr. Arno Gomes “Tio Cai Cai” – Quilombo Cantão das Lombas

Fonte: Dados da pesquisa empírica realizada em junho de 2009.

De acordo com o Tio Cai-Cai, o local que ele mora atualmente pertenciam a sogra e o sogro da Tia Chica, que chamavam-se Saturna Maria da Conceição e Juvenal José Rodrigues. As terras em questão foram cedidas aos Tios maternos do Tio Cai-Cai, que eram solteiros. E quando o tio mais velho Fortunato Damião da Silva adoeceu, Tio Cai-Cai já havia voltado da fazenda onde trabalhava desde a infância. Como a mãe dele morava num pequeno rancho ao lado da casa do Fortunato, o mesmo pediu ao sobrinho que morasse com ele para cuidá-lo. Cai-Cai se “acuiou”¹ com a Dona Eneida Gomes que é sua esposa até hoje e sua prima em primeiro grau e a levou para morar na casa do Fortunato. Quando Fortunato

¹ “Acuiou” termo muito utilizado pelos mais antigos da Comunidade Cantão das Lombas para designar os casamentos informais, ou seja, sem registro oficial em cartório e sem cerimônia religiosa.

completou 93 anos, ele pediu pra ser levado ao Asilo de Cidreira. Pois sempre que podia ele passava as tardes por lá e era bem quisto por todos. Segundo Cai-Cai, ele já tinha acertado com o dono do Asilo sobre a sua aposentadoria para pagar as despesas que fossem necessárias.

Fortunato pediu para Mario Flor, um homem branco e seu ex-patrão para receber sua aposentadoria e pagar o asilo, o que sobrasse era para o funeral. Quando Fortunado veio a falecer, quem cuidou do enterro e pagou as despesas foi à família Malta (amigos de infância do Tio Cai-Cai). Tio Cai-Cai ficou muito grato aos Malta e torna-se visível, através de sua fala, a admiração que sente pelos mesmos.

Desde o falecimento de Fortunato, Cai-Cai vive em um pequeno pedaço destas terras. Após a morte do seu tio parte destas terras já haviam sido doadas, em vida, para pessoas brancas, pelos seus tios que eram solteiros e que não tinham herdeiros. Vem ainda sofrendo diversas tentativas de expulsão das terras, por parte de um vizinho, porém ele deixa claro que só irá se retirar quando receber um outro terreno de "papel passado" em troca.

Tio Cai-Cai com seus 70 anos é aposentado, não possui bloco de produtor rural. Além de plantar nos fundos da sua casa ele recebeu permissão de um fazendeiro para plantar em suas terras. Nas terras deste fazendeiro ele planta eucaliptos e pinos para ter lenha durante o inverno e para o que for necessário no decorrer no ano, arrumar o galpão ou fazer uma cerca. Para se chegar a essa fazenda, onde lhe cederam um pequeno lote de terra para plantar, levamos duas horas a pé pra ir e duas horas pra voltar. Esta fazenda está localizada em terras que eram da avó do Tio Cai-Cai. Para poder plantar nestas terras, em troca ele aduba toda a terra da fazenda, ou seja, prepara o solo para o plantio e cuida das pragas que assolam as plantações com seus chás e ervas que cultiva em casa.

Cai-Cai é uma pessoa muito comunicativa, é acolhedor e receptivo. Apesar de toda a sua comunicação fala pouco de sua família - esposa e filhos. Demonstra um pouco de resistência quando questionado sobre o grau de parentesco com a sua esposa (segundo seu relato, são primos, porém não e primeiro grau). Traçando uma pequena genealogia verifiquei que são parentes bem próximos, pois o Maia é irmão do Cai-Cai por parte de mãe, Dona Eneida é Irmã do Maia por parte de pai e a mãe dela é irmã da mãe do Cai-Cai. Isso quer dizer que são primos em primeiro grau. Para Woortmann (1995), as uniões endogâmicas intrafamiliares, isto é, uniões que preferencialmente envolvem primos em variados graus, servem ao fortalecimento de

laços parentais, sendo a aliança o fundamento do parentesco. Estudos sobre populações camponesas no Brasil têm demonstrado a importância da relação entre território e parentesco. Inspiro-me aqui nas análises como as de Woortmann (1994) que tratam da relação entre as alianças matrimoniais e as estratégias de manutenção do território. Porém, em vez de objetivar essas relações em sua dimensão instrumentalista, percebo o território como lugar de evocação de um conjunto de alianças. Não separo o espaço físico das evocações que se cristalizam nele. As evocações festivas e religiosas são também o modo de acontecer do território.

Passei três dias com Tio Cai-Cai e foram três dias de muitos conflitos. A comunidade está passando por uma fase de transição de lideranças. Onde a lideranças atuais não querem deixar o cargo e novas lideranças querem se empoderar e também estar à frente representando a comunidade. E essas novas lideranças fazem parte do núcleo familiar do Tio Cai-Cai, sua filha Maria Jussara a Irmã que veio de Palmares passar uns tempos em sua casa. Foram três dias tentando desconstruir o papel de mediadora política, pois eu estava sendo vista como a pessoa que havia me posicionado a favor do grupo de lideranças do núcleo familiar do Tio Cai-Cai, pelo outro lado da comunidade. Foram três dias que a comunidade tentou se reunir para definir novas lideranças. E nos três dias foi impossível o diálogo entre eles, devido a desavenças pessoais. No último dia, a esposa do Tio Cai-Cai fez um almoço na casa dela e convidou seu Maneca do quilombo de Limoeiro, e as lideranças dos Botinhas para que juntos pudessem ajudar no pleito. Seu Maneca trouxe de Limoeiro queijo e carne, os Botinhas trouxeram abóboras e aipins e eu colaborei com as bebidas. Após o almoço nos dirigimos ao salão paroquial que existe na comunidade para a reunião.

Seu Maneca enriqueceu a reunião, com seus relatos sobre a constituição da associação de Limoeiro. Os Botinhas reforçaram a necessidade de estarem unidos para constituição de um grupo coeso de pessoas para liderar e representar a comunidade. Mas quando ambos grupos de lideranças do Cantão foram expor seus argumentos em torno de quem deveria ficar ou não na liderança, ofensas pessoais vieram à tona e foi necessário encerrar a reunião. As duas lideranças estão sem se falar até hoje.

Tio Cai-Cai ficou muito envergonhado pelo ocorrido e saiu da reunião se desculpando com todos. Chegando em casa, ele desabafou dizendo que até

gostaria de estar à frente para poder representar o grupo, mas se sente impotente pois não sabe ler nem escrever. Seu Maneca o consolou dizendo que mesmo sendo analfabeto nada o impede de liderar o grupo e que se isso ocorresse certamente às discussões não ocorreriam, pois ele é muito respeitado na comunidade.

No quarto dia em que estive lá, Tio Cai-Cai me levou pra conhecer de perto as deficiências do local. A extensão territorial que permeia a comunidade é grande são muitos hectares. Ele conta que até pouco tempo não havia necessidade de se ter cerca. O gado era criado solto e eles só tinham o cuidado com barrancos para o gado não se perder nos campos. Mas com o passar dos tempos muitas famílias foram vendendo as terras para pessoas “de dinheiro” e eles se viram obrigados a construir cercas para proteger o que é seu – no caso aqui – as terras. Fomos até a lagoa dos Tapumes que faz divisa com Viamão separando os dois municípios. E lá ele me mostrou a precariedade da água que abastece a comunidade. Os exames laboratoriais realizados pela secretaria da saúde apontam altos índices de contaminação e infelizmente nenhuma providência foi tomada. Inclusive o próprio Tio Cai-Cai encaminhou a demanda para o Ministério Público Federal mas o retorno até o momento não chegou. São poucas as casas que possuem banheiro completo. 70% das casas ainda utilizam as “casinhas” o que aumenta a proliferação de coliformes fecais na água que é consumida.

Poder-se-ia ver o Tio Cai-Cai inserido na trama de relações de solidariedade e ajuda mútua entre vizinhos e parentes como alguém que busca uma espécie de seguro de vida de longo prazo e espera que a extensão de bens e serviços prestados aos outros em qualquer momento, produza resultados no futuro, na forma de ajuda em caso de ameaça. Alternativamente, vejo trama de relações de reciprocidade atravessando os sujeitos de um território e os constituindo naquelas práticas.

5.2 DÁDIVAS ANCESTRAIS E A POLÍTICA INTER-COMUNIDADES

A comunidade Cantão das Lombas é liderada atualmente por um grupo de pessoas jovens, todas as decisões que precisam ser tomadas em nome do quilombo o Tio Cai-Cai é procurado para dar um parecer. No dia que estávamos indo até a

fazenda onde ele planta e cuida da lavoura. Fomos abordados pelo Edson, presidente da associação quilombola. Ele pediu para o Cai-Cai ir até a casa dele para definirem quem iria participar de uma reunião chamada pela Prefeitura e EMATER. Cai-Cai disse que na volta da fazenda passaríamos lá para conversar.

E foi o que ocorreu, na volta passamos na casa do Edson e lá estavam a esposa chamada Rosa Maria que é sobrinha do Cai-Cai. Eles nos aguardavam com chimarrão e biscoitos de polvilho. E queriam a opinião do Cai-Cai sobre quais pessoas deveriam ir a reunião com a Prefeitura e EMATER, pois a intenção era ir para a reunião cobrar a assistência médica e a construção dos poços. A conversa se deu em torno de quem deveria receber os poços e quem não deveria. Pois Edson e Rosa questionavam que das 32 famílias quilombolas apenas 15 participam e atuam das atividades que são propostas pela associação. Então Cai-Cai expôs a seguinte pergunta: *“essas outras 16 famílias quem são? São tudo nosso parente não são? Então se vié poço pra um tem que vim pra todos, se vié médico pra um, tem q vim pra todos!”* Edson e Rosa não levantaram mais questionamentos e anotaram nos papéis que foram levados para EMATER e Prefeitura os dados das 32 famílias.

Após a reunião voltamos pra casa do Cai-Cai e no caminho ele foi contando que só agora lhe chamam pra ouvir a opinião dele sobre decisões a serem tomadas. Pois o que ele queria mesmo era poder trocar o nome do quilombo para Quilombo dos Valos. Pois antigamente o nome do local chamava-se Valos devido a construção de valos que separavam um espaço do outro (terras), onde não era necessário a utilização de cercas, pois as pessoas respeitavam as terras, umas das outras, bem como suas plantações e suas criações (gado, galinha, etc), utilizava-se apenas plantações de maricás nas barrancas dos valos. E era só na região de Viamão que se fazia dessa forma. Ao ser questionado de como obteve essa informação rapidamente respondeu: “[...] foi meu ex-patrão que me contou essa história”. Mas as jovens lideranças optaram em comum acordo em colocar o nome que é conhecido atualmente.

Neste mesmo dia, a Prefeitura de Viamão entrou em contato para informar que iriam até a comunidade fazer o cadastro do Bolsa Família e passar de casa em casa. E quem foi avisar o Tio Cai-Cai foi a Indiajara Gomes que tem 24 anos. Ela é a mediadora das minhas idas a campo, juntamente com alguns quilombolas do Peixoto dos Botinhas que possuem vínculo de parentesco com o Cantão das Lombas. Me dirigi para casa dela e fomos conversando sobre essa atividade da

Prefeitura. Ela então me informou que alguns de seus parentes que também levam o sobrenome Gomes e tem casa no distrito de Tapumes viriam para comunidade no dia seguinte fazer o cadastro do Bolsa Família e principalmente conversar comigo.

As 7h00 da manhã do dia seguinte chegaram seis pessoas de Tapumes na casa onde eu estava para me conhecer e conversar. Tomamos café juntos e a primeira pergunta que me fizeram foi a seguinte: “...*Nós podemos ser quilombola também?!*”, fiquei muito surpresa e questionei o porque da pergunta. Então Onira Gomes me questionou:

[...] Luciana, temos muito interesse em saber se temos direito dos quilombolas daqui do Cantão, porque nós somos todos parentes. Olha só, eu sou filha da Vilma que é irmã do Tio Cai-Cai, sou pretinha que nem eles, mas eu moro lá no Tapumes. Porque eu casei com uma pessoa do Tapumes, entendeu? Quando a gente pergunta pra eles aqui se a gente pode ou não fazer dos quilombolas daqui eles não sabem nos responder. (Onira, moradora da Comunidade negra de Tapumes).

Após nossa conversa, a Prefeitura chegou para realização do cadastro das famílias quilombolas. Cadastraram 32 famílias, batendo de porta em porta e perguntando se a família era quilombola ou não. Quando as três famílias do distrito de Tapumes foram fazer o cadastro foram barrados, pois a assistente social que realizava o preenchimento de fichas cadastrais informou-os que eles não eram quilombolas, por morarem em outro município. A partir dessa negativa por parte da Prefeitura, eles pediram mais uma vez que eu explicasse o que era ser quilombola e propuseram uma votação para decidir se eles fariam ou não parte do quilombo. A aceitação não foi unânime, mas as famílias de Tapumes se consideram pertencentes ao grupo e com os mesmos direitos. Há uma conscientização coletiva das origens das famílias de Tapumes pelo resgate da história de seus antepassados.



Figura 13 - Quilombo Cantão das Lombas – Reunião com poder público municipal

Fonte: Dados da pesquisa empírica realizada em junho de 2009.

No final do dia Indijara e a sua mãe dona Zilda, proporcionaram um jantar para todos. No meio do jantar, fomos avisados que no dia seguinte a comunidade receberia o INCRA, que viria com o intuito de discutir sobre as terras. Nenhuma das pessoas lá presentes sabia quem tinha chamado o INCRA. A casa da dona Zilda é bem humilde, não há piso é chão batido e a casa é de madeira. Há a casa onde eles dormem e recebem as visitas e a cozinha está localizada bem ao fundo do terreno, com uma geladeira, um fogão de barro, uma cama e um outro fogão a gás. Não há mesa somente prateleiras. Para o jantar montamos uma mesa no pátio da casa, alguns tocos de madeira serviram de bancos. Após a janta, Indijara me colocou a par das dificuldades que vem encontrando para se manter à frente como liderança da comunidade e pediu minha colaboração na organização.

Na manhã do dia seguinte, tomamos café e a ansiedade por parte da Zilda e da Indijara era grande a espera do INCRA. Questionaram o que INCRA ia fazer lá, se a maior parte das pessoas que vendeu terra, não pegou papel nenhum. Simplesmente vendeu e pronto. E o que iam fazer com os fazendeiros que compraram terras e geraram empregos para eles. Elas poderiam correr o risco de

ficar sem emprego. Dessa forma, nos dirigimos para o salão paroquial da comunidade para aguardar a presença do INCRA que infelizmente não compareceu. Voltamos para casa da dona Zilda no final da manhã para preparar o almoço, quando colocamos as panelas no fogo, chegou na casa dela um carro do Sindicato dos Servidores Federais - SINDISERF com algumas pessoas que atuam no INCRA. Saíram do veículo, se apresentaram e se desculparam pelo atraso. Mas que foram chamados a estar na comunidade para ajudá-los no processo de construção da associação quilombola.

Zilda os convidou para almoçar e após todos se dirigiram novamente para o salão paroquial. Neste momento os dois grupos de lideranças que há na comunidade se confrontaram e a discussão foi acirrada, não houve tempo para as apresentações. O grupo de pessoas do SINDISERF tentou amenizar os conflitos sem sucesso. Decidiram deixar telefones para contato e cópias de estatutos de associações quilombolas para que eles pudessem ler e estudar as formas de constituir uma associação.

Nesta mesma tarde, após a despedida do grupo do SINDISERF, a comunidade recebeu a visita de um vereador que distribuiu roupas e verduras gratuitamente no quilombo. Neste momento foi possível visualizar as quase 200 pessoas que compõem a comunidade. O vereador estava dirigindo um caminhão cheio de donativos, ele e sua equipe distribuíram senhas por família quilombola. E ele sabia quem era quem, pois tinha um documento com o nome de todos os núcleos familiares quilombolas. E então foi chamando senha por senha e distribuindo verduras, sacolas com roupas e cestas básicas. Essa distribuição durou cerca de 3 horas.



Figura 14 - Quilombo Cantão das Lombas

Fonte: Dados da pesquisa empírica realizada em julho/2009.

Zilda ficou muito animada com a vinda do vereador, ele separou roupas tamanho grande para ela e tamanho médio para Indiajara, calçados e casacos também tinham na sacola delas. A cesta básica tinha arroz, feijão enlatados, produtos de higiene e limpeza. Segundo elas, o vereador vai à comunidade a cada três meses.

O contraste entre os dois momentos políticos é interessante na medida em que permite entender como de múltiplas formas a comunidade aceita a reciprocidade assimétrica que configura o clientelismo tradicional e resiste a reconfiguração das relações internas por forças externas. Devo aqui ressaltar que mesmo que o vereador distribuía cestas básicas e verduras, fala-se na comunidade que grande parte não vota nele em época de eleição.

Ao amanhecer recebemos a notícia de que a mãe do Tio Cai-Cai e tia da Zilda havia falecido durante a noite. Nos deslocamos todos até a casa do Tio Cai-Cai. O velório ocorreu na casa dele, pois ela morava lá por estar com 102 anos e precisava muito de cuidados. Por esse motivo que a irmã dele veio de Palmares do Sul, para cuidar da mãe. Durante o velório muitos parentes do quilombo dos Botinhas se fizeram presentes, bem como, os núcleos familiares que saíram do

quilombo e moram espalhados pela região metropolitana e pelas imediações de Viamão foram para se despedir do tronco mais antigo da comunidade. Esse ritual de passagem teve suas especificidades, vestiram a falecida com roupas pretas, amarraram um lenço entre a mandíbula e a cabeça. As mulheres todas foram chamadas para que ficassem em pé e próximo ao corpo para rezar o terço. Após, as mulheres saíram e os homens entraram entoaram cantos e algumas rezas que foram conduzidas pelo Décio do quilombo dos Botinhas. A esposa do Tio Cai-Cai e as suas filhas foram para a cozinha preparar café, pão e biscoitos para as pessoas. E cada família que chegava trazia um alimento pronto e chimarrão.

O velório durou 24h, o enterro ocorreu no outro dia, no único cemitério da região, que se localiza no Capão da Porteira sob os cuidados de Décio – quilombola dos Botinhas. A saída do corpo foi acompanhada por uma caravana de carros e carroças de boi até o cemitério. Alguns políticos, comerciantes, granjeiros e fazendeiros se fizeram presentes e durante o enterro o discurso dessas pessoas se baseava na grande estima que tinham pela falecida, pois ela havia sido ama de leite e babá de muitos dele, acompanhando a juventude, os casamentos e a ascensão social. Foram aplaudidos pelas comunidades que se emocionaram diante os discursos. Ninguém das comunidades discursou. Antes de enterrarem, um pastor da Igreja Universal fez uma prece e as despedidas se encerraram. E a comunidade do Cantão decretou três semanas de luto que também foi acatado pelo quilombo dos Botinhas.

Após as três semanas de luto voltei para a comunidade do Cantão das Lombas a convite da liderança Edson para participar da reunião da Associação que estava em fase de ajuste do estatuto. A reunião foi marcada na casa do Edson e da Rosa que são casados e fazem parte da associação. Seleza que é prima do casal e sobrinha do Cai-Cai, me acompanhou, pois ela é do conselho fiscal. Chegamos antes do horário previsto, após chegaram duas famílias do Distrito de Tapumes e mais três famílias da comunidade do Cantão, entre eles o Tio Cai-Cai. A pauta da reunião era decidir sobre a participação ou não das três famílias de Tapumes. Uns consideravam que não deveriam participar, mas, a maioria considerou que deveriam pelos fortes laços de parentesco os unem. Resolveram que todas as famílias que tiverem parentesco e que morarem em Tapumes farão parte da associação quilombola do Cantão. Neste dia Onira Gomes moradora de Tapumes, filha de

Wilma Gomes que é irmã do Cai-Cai, me convidou para conhecer o lugar e marcamos para o dia seguinte.

Após a reunião continuei na casa com Edson, Rosa e a filha Vanessa que tem 9 anos. Jantamos e fomos pra baixo de uma figueira conversar. O terreno que eles moram é cercado e relativamente pequeno visto que a maioria dos moradores quilombolas tem área maior, inclusive Cai-Cai. Possuem uma horta relativamente pequena, três cães e algumas galinhas. O local onde vivem foi cedido pela mãe da Rosa que se chama Ana Silva da Rosa conhecida como Tia Nica. As terras da Tia Nica e do esposo seu Antônio da Rosa localizam-se nas delimitações do quilombo que fazem divisa com Santo Antonio da Patrulha.

Em nossa conversa a sombra de uma figueira, me fizeram questionamentos em relação a presidência do Edson na associação. Rosa afirmou que está sendo questionada sobre a legitimidade dele ser presidente, pois ele vem de outro quilombo, ou seja, nasceu em outro quilombo e se criou no bairro Águas Claras. Se conheceram num baile, casaram tiveram uma filha e a Tia Nica deu de presente de casamento um pedaço de terra pra eles construírem e morarem. Edson então, relata sobre seu parentesco com a Maria Grande (a mulher que emprestou terras para a mãe de Cai-Cai morar) e se considera sendo quilombola da “terra”, pois sua bisavó morava no quilombo do Cantão.

Assim Edson expôs que todas as famílias que moram no quilombo hoje e são parentes farão parte da associação. Na mesma noite em que conversava com Edson e Rosa sobre a associação eles informaram que iriam ao dia seguinte no quilombo dos Botinhas para pedir ajuda com a elaboração do estatuto e agendar uma ida até a prefeitura para tratar junto ao prefeito sobre o percurso do transporte coletivo municipal, pois as demanda é que o transporte atenda as comunidades.

5.3 COTIDIANO E A TRAMA DE PARENTESCO DE UMA LIDERANÇA QUILOMBOLA

O modo de organização socioespacial na comunidade do Cantão é semelhante ao da comunidade dos Botinhas. Em torno da casa do representante mais velho da família, os descendentes vão construindo as suas, formando

pequenas “ilhas” de vizinhança entre parentes consangüíneos. Pude observar pelo menos quatro destas pequenas ilhas na comunidade do Cantão.

Tive a oportunidade de conviver em três dessas ilhas. A segunda foi a da Tia Chica, onde fiquei por três dias. Tia Chica é a segunda pessoa mais antiga na comunidade depois do Tio Cai-Cai. Nascida e criada na região dos Valos seu nome de registro é Francisca da Rosa Rodrigues, filha de Satorninha da Rosa. Não tem lembranças do seu pai, nem mesmo do nome, pois ele faleceu quando ela tinha apenas dois anos de idade, além de não ter sido registrada pelo mesmo. Conforme o seu relato "*naquela época era assim alguns eram registrados só no nome da mãe ou só no nome do pai*". A única informação que tem a respeito de seu falecido pai é que o mesmo trabalhou junto com seus tios no Passo do Feijó em Viamão. Trabalhavam na lida dos campos de leite.

A casa da Tia Chica é uma das únicas casas com acabamento construtivo. A casa é toda de alvenaria, com quatro quartos amplos, piso cerâmico, sala de visitas, banheiro dentro de casa. A pintura da casa tanto por fora quanto por dentro é de cores bem vibrantes, por fora verde escuro e por dentro amarelo com rosa. Há muitas fotografias distribuídas pela casa, são fotos da sua família – filhos, netas, afilhadas e amigos. Também, fazem parte de sua decoração quadros da Santa Ceia e uma imagem da Nossa Senhora Aparecida. A casa fica localizada na entrada da comunidade e é possível avistá-la ao longe pela boa localização e pela cor vibrante.

Tia Chica não foi alfabetizada e aos 10 anos foi adotada pela Dona Joana, a quilombola conhecida pelas festas que realizava na comunidade. Não lembra muito bem dos bailes, pois era criança e o lugar das crianças nas festas era em casa dormindo.

Ela é viúva, mora sozinha, mas está rodeada de filhos e parentes. Em frente da sua casa mora uma filha chamada Seleza, ao lado uma neta e nos fundos um sobrinho. A todo o momento eles aparecem para pedir a benção e saber se a Tia Chica precisa de alguma coisa. Quando completou os 15 anos foi apresentada para um casal de fazendeiros para trabalhar como doméstica. Trabalhou durante muito tempo na fazenda do “Dr.” Dreher. Era responsável pela organização da casa e das refeições. Casou-se com o capataz da mesma fazenda, chamado Ciro José Rodrigues, filho de Saturna Conceição conhecida como “Satuca” e de Juvenal José Rodrigues um “mulato”, assim definido por ela. A Satuca era moradora do Cantão, e era dona de grande parte das terras, já o Juvenal era quilombola dos Botinhas e foi morar no Cantão das Lombas logo após esta união. Seu Juvenal levantou o rancho

nos Valos e adquiriu mais alguns lotes de terras. A Satuca dividiu parte de suas terras com uma irmã. O restante, somada as terras compradas pelo seu marido, ficou de herança para a Tica Chica.

No segundo dia em que estava na casa da Tia Chica, Seleza sua filha me levou para conhecer os parentes da “parte dela”. Caminhamos muito, mas a maioria das pessoas não estava em casa. Então ela me levou para tomar café na casa dela. A casa da Seleza é de madeira, não possui piso, há dois quartos e uma sala conjugada com a cozinha. Seleza é solteira, desempregada, possui duas filhas, uma com 9 anos e outra com 12. As terras que possui hoje, recebeu da mãe após o falecimento do pai. Não planta, pois não gosta: “...*eu sei plantar. Tudo da lida na roça eu sei... mais é muito trabalho né Luciana? E eu não tenho muita paciência.*” Atualmente tem ajudado a mãe na pequena lavoura, pois ela esta com a saúde debilitada. É atuante na associação do quilombo e representa a comunidade no conselho municipal da cidade de Viamão.

5.4 OS VÁRIOS “LADOS” DO TERRITÓRIO

Sobre as terras quilombolas do Cantão das Lombas, Seleza afirma que um percentual pequeno que a Tia Chica tem é onde o Tio Cai-Cai reside. Segundo ela o terreno foi apenas “*emprestado para o tio Dadá (Fortunato - Tio do Cai-Cai) mora*”. Quando o Tio Cai-Cai casou o mesmo não tinha onde morar com sua família, então pediu ao seu tio, Fortunato, para construir uma casa no rancho que havia sido emprestado ao mesmo. Desde então o Tio Cai-Cai é morador deste espaço “*aí, ele se adonou da casa do Tio Dadá, não quis mais sair e o Tio Dadá ficou sem lugar para mora*”. Segundo ela, o Tio Dadá “*rolou muito*”, só depois que adoeceu e já estava muito velho é que foi encaminhado ao Asilo da cidade de Cidreira.

Seleza afirma que há uma disputa “oficial” em relação a essas terras. Oficial que ela considera é que o Tavinho que é irmão do falecido Ciro (ex-marido da Chica), que por sua vez é vizinho do Tio Cai-Cai são “inimigos de morte”, devido a uma briga que tiveram por causa das terras. Isso ocorreu em uma reunião da associação em 2005. Estive presente, mas não entendi do que se tratava, e ninguém falou comigo sobre o ocorrido. A reunião era para tratar da construção da

associação. Debatia-se sobre o local ideal para a construção e se alguém ia doar um pedaço de terras para isso. Tio Cai-Cai sugeriu que fosse nas terras do Tavinho que se negou em doar as terras e ameaçou Cai-Cai de morte se construísse a associação em suas terras. Desde então, segundo Seleza, Cai-Cai trabalha para Tavinho com medo de ser expulso do local onde mora.

Seleza assim como a maioria das pessoas da comunidade que conversei, tem latente a consideração de que todos que moram na comunidade são parentes, mas cada família tem o seu lado. Entendo que o lado significa os núcleos ou arranjos familiares. Como ela me explicou: “[...] eu, minha mãe, minhas irmãs, meu sobrinho e o Tio Tavinho somos um lado. Lá o Tio Cai-Cai, o Edson, a Rosa, a tia mãe da Rosa são outro lado, mas a gente é tudo parente.” (SELEZA, Cantão das Lombas).

Neste dia perguntei onde estavam as meninas, pois a casa estava um silêncio. As meninas tinham ido passar a semana na casa da prima que mora no município de Tapumes, bem ao lado da comunidade. Elas foram até lá, pois na época fazia muito calor e na casa da prima tem riacho e outras crianças da mesma idade para se divertirem. O passeio foi uma forma de recompensa, pois era época de férias e as meninas tinham sido aprovadas na escola. Um dia antes das meninas partirem, Seleza e Tia Chica preparam uma cesta de guloseimas com queijo, biscoito, bolo e carnearam um porco para as meninas levarem para a casa da prima. Quem levou as meninas foi o sobrinho da Tia Chica que tem um carro e só pode dirigir pelas redondezas, pois não possui habilitação.

No último dia que passei na casa da Tia Chica, ela acordou com mal estar e muita tontura. Foi até os fundos da casa tirar leite e voltou me dizendo que havia esquecido o que ia fazer. Sentou-se e esperou até vir à memória, saiu novamente e voltou com várias espigas de milho, até que eu a lembrei que ela tinha saído pra tirar leite. Tomamos café, organizamos a cozinha e ela se queixou que acha que está ficando “caduca”, pois gosta de sair, ir a bingos e salas de jogos e um certo dia precisou ir até a zona urbana de Viamão, pegou o ônibus desceu na parada correta, foi ao banco e na volta para casa não lembrava mais o nome do ônibus. Segundo ela, se não fosse o Décio, morador do quilombo dos Botinhas, entrar com ela no ônibus ela tinha ficado no centro Viamão até o outro dia.

Fizemos um chá de ervas colhidas no pátio da casa e ela descansou pela manhã, ao meio dia quando Seleza veio fazer o almoço, Tia Chica fez como se nada tivesse acontecido. E começou a falar das terras da “finada” Nica Gomes,

[...] a minha mãe contava que as terras que a finada Nica Gomes deixou pros escravo ficava no Tapumes. Aquilo lá que é Tapumes hoje era tudo da finada Nica antes. Aquilo lá era tudo dela. Ela deu um pouco pros escravo e o resto ficou pro filho dela o Candinho Gomes. (Francisca, Cantão das Lombas).

Seleza e Tia Chica sugeriram que eu fosse até o Tapumes pra conhecer a cidade onde um dia fez parte de Viamão e também conhecer os parentes que lá residem. Despedimos-nos e me desloquei para outra ilha onde reside a família da Zilda mãe da Indijara conhecida como Jarinha.

Zilda da Silva Gomes tem 57 anos de idade, a sua mãe chama-se Celanira da Conceição Rodrigues e seu pai Osvaldo Gomes da Silva. O casal teve nove filhos, apenas dois deles conseguiram romper a barreira escolar, são eles: Alzira e Valdir, os demais Eva, Ilda, Osmar, Osnardo, Valter, Valdeci, e a própria Zilda não tiveram a mesma oportunidade, pois as escolas mais próximas localizavam-se na centro do município de Viamão e Santo Antônio, e, no entanto, não tinham acesso a meio de transporte para o deslocamento entre o quilombo e a escola. Os irmãos que são alfabetizados tiveram oportunidade de aprender, pois a mãe os colocou numa fazenda, quando crianças, para serem criados e trabalhar.

Zilda é muito carinhosa, receptiva e acolhedora sempre me recebe com muito afeto (abraços). Gosta de conversar e receber visitas. Nos dois dias em que fiquei na casa da Zilda, fui acomodada na peça que fica do lado de fora da casa que é utilizada como cozinha, o local é bem humilde, a construção é de madeira, deteriorada pelo ação do vento e da chuva. Na peça há um fogão de barro feito pelo Tio Maia, esposo da Zilda, não há forro no teto, e o piso é de “Chão batido” que esteve sempre muito bem varrido e organizado. Há uma mesa grande, geladeira e uma cama de solteiro que é utilizada em volta da mesa, já que não há bancos nem cadeiras, para realizar as refeições e descansar.

Pela manhã fui acordada para o café às 5h30, pois Tio Maia estava trabalhando numa granja naquela semana e precisava sair cedo. Então toda família acorda cedo para acompanhá-lo no café. Sentamos a beira da cama eu, Zilda e Indijara, Tio Maia ficou em pé. Logo após Zilda preparou a marmita para ele levar de almoço, Maia se despediu dizendo que a tarde iria esperar carona do Décio, dos Botinhas, que o deixaria mais perto de casa. Ficamos conversando e tomando chimarrão até as 08h, quando Zilda saiu para dar café a sua irmã que mora ao lado da casa dela e é cega.

Celanira irmã da Zilda tem 77 anos, está com catarata nos dois olhos, é muito amável e acariciou todo meu rosto antes de me permitir que entrasse na sua casa. Zilda e eu levamos, biscoitos, café com leite e rosca de polvilho para Celanira. A casa possui apenas uma peça, sem cozinha, o local é muito escuro. Não há paredes, a cama é bem próximo a porta, há uma mesa e apenas um banco, não há forro, nem piso no chão, Celanira vive sozinha, suas 3 filhas casaram e moram em Porto Alegre. O banheiro é o mesmo utilizado pela família da Zilda e todas as refeições são levadas até ela. Celanira diz que fica em casa fazendo fuxico e rezando “[...] fico fuxicando e rezando o dia inteiro, Deus me acompanha”. Após o café da Celanira voltamos pra casa da Zilda.

Onira chegou às 10h para ajudar com o almoço. Ela é uma pessoa bem alegre, tem uma gargalhada com tom alto e alegre o ambiente. Trouxe queijo e farinha de milho para fazer polenta como acompanhamento do almoço. Após o almoço eu e Onira fomos até Tapumes numa carroça de boi. Levamos 2h e 30 minutos até chegar, pois íamos parando e apreciando a natureza. O caminho até Tapumes é feito pelos campos, por dentro da comunidade do cantão, que são praticamente de mata atlântica. A estrada é precária e só carro de boi ou um carro com tração consegue passar. Chegamos em Tapumes e Onira me levou na Igreja, depois no único comércio que existe no local. A Igreja tem arquitetura açoriana e o comércio pertence a um casal que tem parentesco distante com a falecida Fazendeira Nica Gomes.

Conheci as casas onde moram cinco famílias negras e fui até a casa da Onira. Ela me apresentou ao esposo e ao filho. Onira já está no segundo casamento, ela e o esposo tem o desejo de adotar uma criança, pois os filhos dela do primeiro casamento estão crescidos e o esposo atual não pode ter filhos. Por isso o desejo de adotarem uma criança. Me levaram para conhecer as terras que possuem e os locais onde plantam, arroz, milho, batata e aipim. Da janela da cozinha é possível avistar a Lagoa do Pontal que faz parte de Santo Antônio da Patrulha. Antônio sugeriu que Onira me levasse na casa do Tio Bento, a pessoa mais antiga dos Tapumes para conhecê-lo e conhecer a fazenda da “finada” Nica Gomes. Ele disse que a fazenda não foi destruída completamente e era possível ver as “Tafonas” (local onde se produzia farinha) e era nas “Tafonas” que os funcionários dormiam quando trabalhavam lá.

Combinamos esta saída para o dia seguinte, pois Zilda e a família me esperavam para o jantar e não tinha como avisá-los que eu iria ficar em Tapumes, pois telefone celular não tem sinal de antena no local que estávamos. Onira resolveu me levar de moto e chegamos em uma hora no Cantão das Lombas. Quando cheguei à família da Zilda já me aguardava para servir o jantar.

Ismael Gomes, conhecido como “Tio Maia” é irmão do Tio Cai-Cai, ele estava muito com contente com a casa movimentada e queria me contar como conheceu Zilda. Ele a conheceu ainda na infância “...*nós se criemo junto aqui nos valo, fui o primeiro namorado dela e tamo junto há 35 anos*”. Quando namoravam, gostavam muito de ir às festas dos Botinhas juntos, onde comiam “churrasquiadas”, e retornavam a pé, os dois de pés descalços cansados de tanto dançar. Zilda parecia mais alegre com essas recordações, lembra que gostavam de ir aos bailes nos Botinhas, pois era mais longe e eles podiam namorar no caminho, mas sempre em companhia de algum parente preferencialmente mais velho.

Tio Maia lembra que a sua mãe freqüentava as festas na casa da Dona Joana, no Cantão das Lombas e depois que ela faleceu os bailes continuaram, mas com menos freqüência, até que acabaram. Os bailes duravam de dois a três dias com muita música tocada pelo gaitero de boca “Carlinho”, havia muita comida como carne de porco assada, pão de milho, café e sopão de guisado. Esses momentos, segundo Tio Maia, eram apreciados por todos, mesmo aqueles que moravam longe da casa de Dona Joana vinham se divertir nos bailes “...*até os pais da Dejinha vinham lá de baixo*”, lembrou a Tia Zilda, se referindo da Edegi que mora atualmente no quilombo dos Botinhas.

Nos Tapumes haviam festas também, só que, segundo Tio Maia, os brancos expulsavam os negros para poder dançar. Mais tarde um delegado colocou uma lei que obrigava a todos a participarem do mesmo baile, só que uma fita era colocada no meio do salão e separava os negros dos brancos: “*ninguém passava a fita, e quem passasse levava uma lambada dos soldados que ficavam cuidando do baile*”. No entanto, as bebidas eram igualmente pagas e compradas no mesmo local para ambos “*o dinheiro não era separado...(risos)*”.

No dia seguinte me preparei e aguardei a chegada da Onira para me dirigir a Tapumes. Despedi-me de todos do Cantão e seguimos no meu carro para Tapumes por uma estrada que possibilitou melhor acesso e reduziu o tempo de deslocamento. Levamos 45 minutos para chegar e fomos direto para a casa da Teresa Gomes,

prima da Onira. Teresa casou com Alcides Rosa que é natural de Tapumes e nasceu na fazenda de Nica Gomes. Teresa e Onira comentaram que apenas as duas são naturais do Cantão das Lombas, as outras famílias negras que moram lá são, segundo elas, naturais da antiga sede da fazenda da Nica Gomes. Indagaram sobre a história que Tio Cai-cai falou sobre o Cantão, consideraram que o quilombo começou em Tapumes e que as pessoas foram se “espalhando”.

Fui levada para conhecer seu Bento, um dos mais antigos de Tapumes. No caminho para lá, Onira falava a todo momento que Seu Bento “*é bem pretinho, quase azul de tão pretinho*” e Teresa reforçava “*é bem pretinho mesmo, mas é um homem de bem, que pessoa bem boa que ele é!*”. Percorremos 8 km de carro pela estrada de Tapumes em direção a Santo Antônio da Patrulha até chegar na porteira que dá acesso a casa do seu Bento estacionamos e fizemos o trajeto restante a pé, pois o carro não passava pela porteira. Caminhamos aproximadamente mais 3 km até chegar à casa do Seu Bento. Já na entrada da porteira fomos recepcionadas por dois cães muito simpáticos que sem perceber nos levaram até a casa do Seu Bento.

No caminho encontramos pequenos cercados com gado, plantações de eucaliptos, depois campos abertos com muitas figueiras. Ao longe era possível avistar uma casa branca, pequena e de madeira, com muitas plantas árvores e hortas cercada e as margens de um banhado. Quando chegamos os cães fizeram uma festa maior do que quando nos encontraram na porteira. E o Seu Bento timidamente veio ao nosso encontro.



Figura 15 - Sr. Bento – Comunidade Negra de Tapumes

Fonte: Dados da pesquisa empírica realizada em setembro de 2009.

Seu Bento é negro (tem a pele bem escura), cabelos brancos, olhos estalados, com uma pele muito bonita, magro, usa uma bengala e é muito observador. Fomos apresentados e então ele nos convidou para entrar. Como os cães estavam muito excitados ele deu um comando com sua bengala e eles sentaram quietos perto da porta. Sentamos na sala e ele foi perguntando pelos familiares da Teresa e da Onira, até que me perguntou se eu não era parente pessoal da Barrocada, pois eu era bem parecida com a irmã da Alvina. Seu Bento é uma pessoa que transmite serenidade, tem uma fala calma, e gosta de observar e pensar muito antes de falar. Na sala há muitas fotos dele e da mãe pregadas na parede e em ordem cronológica, a última foto da parede é uma foto da mãe dele antes de morrer com uma enxada na mão. Seu Bento tem mais três irmãos que moram em Viamão, Gravataí e Porto Alegre e são casados.

Tio Bento como popularmente é conhecido em Tapumes, tem 77 anos e foi criado pela sua mãe, a Sra. Francilina Laurinda, chamada de "Tia França Véia" na fazenda da Nica Gomes, onde a mesma trabalhou por muito tempo. De acordo com Seu Bento, Tia França Véia foi levada á fazenda por Inácio Gomes, esposo de Nica Gomes, para a lida na terra em sua fazenda, Tia França era boa "carpideira"², segundo tio Bento a dona da fazenda não tinha escravos, apenas mandava buscar mulheres e homens negras e negros para trabalharem em suas terras. Já, sua avó materna chamada de Dona Rola foi escravizada. Ele recorda que a sua avó morou primeiro no Cantão das Lombas depois ela foi levada para Sarandi com o intuito de trabalhar.

Tia França Veia faleceu com 115 anos, Seu Bento foi o filho que ficou ao lado dela para cuidá-la até os últimos dias. Ele conta que a mãe já estava "caducando". Ele saía cedo para trabalhar na lida da roça e os cães sempre o alertavam quando alguma coisa não estava bem com a mãe,

[...] teve um dia que eu tava aqui perto na lida da roça, aí os cachorro chegaram me chamando, eu larguei e saí correndo pra casa. Quando eu cheguei mamãe tava toda machucada presa na cerca de arame. Ela gritava me chamando, mas quem é que ia ouvir nessa lonjura que é as coisa. Aí eu tirei a mamãe da cerca, limpei as machucadura tudo dela e tive que deixa de trabalha longe pra cuida dela. Porque as vez ela saia de casa sem rumo, se perdia e os conhecido vinham trazer ela pra casa. (BENTO – Comunidade de Tapumes).

Tio Bento também trabalhou na fazenda da Nica Gomes plantando rosas e capinando, conhecimento que adquiriu com a sua mãe desde pequeno. Por esse motivo ganhou o sobrenome da sua patroa. Quando Nica Gomes faleceu, Tio Bento permaneceu na mesma casa, onde já morava com sua mãe. E relata que só irá sair quando estiver muito velho sem condições de trabalhar. Já planejou ir para o Asilo Santo Antônio, onde faz algumas doações de frutas e legumes da sua própria plantação, que fica nos fundos da sua casa,

² Entende-se por carpideira a pessoa que sabe lidar bem com a enxada.

Sempre que eu posso eu pego ônibus e vou lá no asilo ver as velhinhas. Já tenho que ir me acostumando aos pouquinhos, porque quando eu não puder mais cuidar das minhas coisas eu deixo essas terra pros meus sobrinhos e vou pra lá. É bom que eles dão comida, tem baile, é tudo bem limpinho e as dotora cuidam bem dos veio lá. (Bento, Comunidade de Tapumes).

Ao ser perguntado se ele cuidava sozinho da casa e da plantação, ele respondeu com muito orgulho que não, os cães o ajudam e nos levou para conhecer as dependências da casa e da lavoura. A casa tem quatro peças, sala, cozinha, banheiro e um quarto. Todas as peças levam a um mesmo local que é a cozinha. Próximo à porta da cozinha há um fogão feito de barro por ele mesmo. Da porta ele dá um comando para os cães *“Carrasco traz a lenha, Guitarra traz também”* e os cães surgem do meio do pátio com lenha na boca pra ele colocar no fogão. Seu Bento contou que treinou os cães para ajudá-lo nas pequenas lidas da casa, como buscar lenha, avisar quando chega visita e zelar pelas galinhas.

A casa tem piso de madeira e forro, as panelas de alumínio são muito bem “ariadas”, ao ser elogiado por Teresa e Onira sobre suas panelas, ele disse que aprendeu com a mãe como deixar as panelas como “espelho” o segredo é deixar no sol depois que lava. No pequeno espaço de terra que faz parte do seu quintal, nos mostrou os mais diversos tipos de rosas que cultivava e o seu orgulho é o pequeno parreiral. Ele conta que é o único da região que tem uvas, pois ele sabe o segredo do solo para plantar. Nos deu um saco de uvas maduras para levar pra casa. Além das rosas e do parreiral, ele cultivava tomate, cebola, batatas, aipim, maracujá, laranja, limão, cana de açúcar, abóbora, melancia, melão, ameixas, bananas. Uma infinidade de espécies num mínimo espaço de terra que dividem o espaço com um galinheiro, um galpão para guardar ferramentas e um pequeno cercado que está à espera de meia dúzia de ovelhas. Ele já comprou as ovelhas em Santo Antônio da Patrulha e só aguarda o dono fazer a entrega na sua casa. Inclusive já está treinando os cães para ajudá-lo na lida com as ovelhas.

Da porta da frente da sua casa Seu Bento apontou em direção as terras da falecida Nica Gomes, a fazenda era tão extensa que se tornou impossível enxergar tudo da pequena porta e seu Bento dizia:

[...] daqui até a Barrocada nos Tapumes era dela e a Lagoa Pontal também. Lá na frente da porteira ainda tem as *Tafona* que a gente fazia os baile. Dona Nica era muita boa pra nós que trabaiava pra ela. Nunca me esqueço um dia que ela fez uma festa na casa dela, nós tudo ajudamo. Quando a festa acabou ela deu tudo que sobrou pra nós e deixou a gente usa a *Tafona* pra faze o nosso baile. Até o gaitero que tocou na festa dela foi lá toca pra nós. A festa durou até o outro dia. E depois, sempre que a gente queria fazer uma festa ela nos emprestava a *Tafona*. (Bento, Comunidade de Tapumes).

O local onde mora atualmente foi doado pela Nica Gomes, e quando ela faleceu os herdeiros foram movidos por interesses financeiros, e cercaram toda a casa do Seu Bento, ficando limitado ao espaço demarcado pelos herdeiros, segundo ele isso ocorreu "*por causa da ganância*". Ele recorda que antigamente as terras não precisavam de cerca e que todos sabiam os seus limites. Após o cercamento,³ passaram-se 20 anos e a terceira geração de herdeiros tentou expulsá-lo da casa. Ele conta que a noite os cães o acordaram e quando levantou haviam colocado fogo na sua plantação. Uma semana depois, arrancaram toda a cerca

[...] Nesse dia eu decidi ir na polícia, saí daqui a pé e dei parte. A policia me mandou embora pra casa e me disse que era eu melhor eu ir pra não me incomodar. Aí, eu sabia quem tinha feito isso aqui pra mim. Fui lá no bolicho e falei pra todo mundo que eu tinha comprado uma arma e ia corre a tiro quem me tirasse daqui. Todo mundo no bolicho pediu pra mim me acalmar. Aí eu fui embora e nunca mais mexeram comigo. Só o que eu não gosto hoje, é que eles plantam até aqui na entrada da minha porteira. (Bento, Comunidade de Tapumes).

³ A angústia e o descontentamento perante o cercamento de suas terras se assemelham ao que se constata em outras comunidades, conforme poder ser visto em Ramos (2009, p. 64-65): "Do encontro entre o território marcado, a interpelação dos pesquisadores e o mal-estar dos moradores de Cambará, emerge um senso de justiça que considera por demais degradante a impossibilidade de usufruir dos recursos naturais do território. O cercamento das áreas impede o acesso às dádivas da natureza, ao gozo das riquezas naturais." De acordo com Castilho (apud RAMOS, 2009), "[...] o termo 'cercamento', se constituiu para abordar o processo de expropriação e territorialização das comunidades quilombolas de Parateca e Pau d'Arco, situadas na Bahia [...]". Ainda de acordo com esse autor, "[...] no início da década de 1970 o uso comum da terra sofreu rude golpe com o ritmo acelerado do cercamento das passagens comunais, depois com o cercamento das lagoas. Com o cercamento das terras, os quilombolas passaram a se sujeitar às normas de fazendeiros e comerciantes, tornando-se dependentes e vulneráveis [...]. O cercamento, portanto, corresponde à privatização das áreas comuns, que exauriu os recursos naturais e colocou em risco a sobrevivência das comunidades; [...]". (CASTILHO apud RAMOS, 2009, p. 48-49).

Enquanto conversava e nos mostrava a localização geográfica da fazenda, resolveu fazer um chimarrão, lavou algumas frutas que havia colhido e arrumou a mesa da sala com as frutas, a garrafa térmica e o chimarrão. Me perguntou quem eu conhecia dos Botinhas. Falei o nome das pessoas que são lideranças atualmente, Décio, Edegi, Nico, Negrinho e ele foi contando que os avós deles moravam no Cantão, mas agora que eles casaram com o pessoal dos “bota” eles tinham é que ficar lá mesmo. Perguntei porque e ele me disse que nos Bota é bem melhor, pois é mais perto da “faixa”, ou seja, é mais perto da RS 040, segundo ele:

[...] pra eles fica mais fácil até de ir no médico, tem mais ônibus e tudo. Se eu tivesse casado com alguém de lá que tivesse um pedacinho de terra assim que nem eu, eu também tinha largado tudo aqui e tinha ido morar lá. Acho até que ia ser melhor. (Bento, Comunidade de Tapumes).

Ao ser indagado do porque que ele não casou e porque não teve filhos, ele foi contando que antigamente era muito festeiro. Além de participar das festas na fazenda, também freqüentava as festas da vizinhança, em Santo Antônio, Viamão, Botinhas e Cantão. Sobre os bailes nos Botinhas, tio Bento falara que as mulheres de lá não gostavam dele, nem da sua turma, não revelou o motivo, mas sutilmente deixou escapar que:

[...] acho que elas não gostavam de nós porque a gente era bem preto e elas tudo clarinha. Nunca vi elas dançando com nego preto, quando a gente ia tirar elas pra dança, nem levantavam da cadeira ou viravam as costa pra nós. (Bento, Comunidade de Tapumes).

Como não tem filhos, Tio Bento novamente expressou a vontade de que algum parente seu, de Viamão, Gravataí ou Porto Alegre vá morar em sua casa quando tiver que partir para o asilo, ele diz "quem não vai querer uma vida dessas" referindo-se as belezas das paisagens naturais que rodeiam a sua casa.

A noite começou a cair e Tio Bento se preocupou conosco, cortou o assunto e nos pediu que fôssemos embora antes do cair da noite. Não identifiquei rede elétrica nas imediações da casa, mas avistei muitos lampiões, um rádio portátil e pilhas

dentro de um pote o que leva a pensar que não há energia elétrica. Tio Bento gosta do contato com a natureza, com os animais, com as plantas, das frutas, legumes e verduras que cultiva, faz planos para ir para um asilo, mas antes deseja criar ovelhas. Demonstrou ter medo de morrer sozinho, quer ter alguém ao seu lado e na sua fala deixa claro que quer ir para o asilo. Despedimos-nos dele e retornamos para a casa da Onira.

Onira e Teresa ficaram surpresas com as histórias do Tio Bento, alegaram não saber das tentativas de expulsão, nem do medo que ele tem de morrer sozinho. E em seguida alegaram que se tivessem condições o levariam para morar com elas. Consideram que o asilo pode cuidar melhor dele quando ficar mais velho. Infelizmente não foi possível conhecer as outras famílias negras que residem na região. Mas segundo Tio Bento, Onira e Teresa, as famílias negras que moram em Tapumes, não são parentes deles do Cantão, “são tudo nascido e criado no Tapumes”.

Assim, meus percursos trilharam as linhas de reciprocidade entre as famílias quilombolas de Viamão e pude perceber como uma trama de relações quotidianas sustenta a possibilidade da enunciação quilombola em três territórios descontínuos, mas inseridos em um mesmo processo de subjetivação que hoje suporta se anunciar como quilombola, apesar do clientelismo político.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002), 53,3% da população viamonense é negra, ou seja, Viamão é um dos maiores municípios da região metropolitana de Porto Alegre em extensão territorial e o maior município habitado pela população negra. A história viamonense nos remete a confirmação destes dados, pois em 1870 a população negra era algo em torno de 70% do contingente populacional. Com este contingente de população negra no município, três comunidades remanescentes quilombos, todas localizadas na zona rural do município, abriram processo para demarcação e titulação de terras junto ao INCRA.

As discussões pós-coloniais (HALL, 2003; ESCOBAR, 1999) sobre identidade étnica e racial têm enfatizado o caráter duplo das experiências desse tipo de afirmação de pertencimento: por um lado à identidade é concebida como se estivesse enraizada em práticas culturais; por outro lado, conscientemente ela ganha dimensões de posicionamentos políticos, em que pensada como um vir-a-ser, ela não é tomada em dimensões essencialistas, mas sim politizadas. Neste estudo, através da atenção às correlações entre identidade e reciprocidade, pude perceber que afirmações primordialistas e politizadas são sustentadas igualmente por relações quotidianas de confiança e conflitos derivados dos vínculos de endividamento moral mútuo.

As comunidades aqui estudadas possuem relações de reciprocidade que atravessam gerações. É nas festas que essas relações ficam mais bem cristalizadas. As relações de parentesco, amizade, compadrio e afinidade estão relacionados a normas sociais que regulam a vida das comunidades o que faz surgir um forte sentimento de pertença relacionado aos direitos sobre o território.

As relações de reciprocidade e dádiva, nas Comunidades Cantão das Lombas, Peixoto dos Botinhas e das ramificações que habitam o Distrito de Tapumes, são fundadas no parentesco, em compadrios, e por relações de afinidade. A tese defendida nesta dissertação é que a reciprocidade interna se constitui como um fator de formação de uma identidade étnica, sendo o sustentáculo dos marcos e processos diferenciadores em relação aos moradores do entorno. Essas relações

compõem uma teia que interliga os que atualmente, vivem nas comunidades e os interligam aos seus antepassados, configurando o território como modalidade de subjetivação diferenciada da individualização. O território acaba interligando não só os que possuem uma territorialidade comum, mas também os que estão distantes geograficamente. Essa teia utiliza como matéria-prima laços de reciprocidade que atravessaram gerações e estão relacionadas a normas sociais que regulam a vida das Comunidades.

Em ambas as comunidades existem famílias que vivem na zona urbana de Viamão, Porto Alegre e Gravataí. Isso não representa uma fragmentação da comunidade, mas sim uma dispersão diaspórica, o que só se configura para modos de subjetivação fortemente territorializados. Esta emigração se deu em grande parte à busca de oportunidades de trabalho, melhores condições de vida e acesso facilitado a escolas. Mas este distanciamento não rompeu com a unidade do grupo uma vez que estas famílias continuam participando da vida social dos grupos familiares aos quais pertencem, tencionando a manutenção do território. Uma vez que saíram do território, não se desfizeram das terras e tiveram, pelos parentes que ficaram a aceitação para voltarem quando quiserem e continuar com seus títulos de "parentes".

As teias de reciprocidade que unem as comunidades proporcionam uma conexão das comunidades que vem sustentando a manutenção dos grupos em seus territórios. As relações baseadas em dádivas recíprocas podem ser codificadas no registro da identificação étnica porque estão territorializadas e o espaço é o lugar de inscrição de uma parte das dívidas entre as famílias. As experiências de um passado histórico comum e as vivências de um presente de precariedades enquadram as tramas que proporcionaram alianças de parentesco como regularidades que tacitamente garantem o território para o grupo.

O cuidado com o meio ambiente, codificação atual, das relações práticas constitutivas do território também só podem ser tomadas como práticas de reciprocidade. Trata-se de uma relação como o passado e um modo de perceber o espaço como o lugar em que vivem e a garantia de uma forma de sobrevivência. Seu Cai-Cai aprendeu com a mãe e a avó que para a água estar própria para o consumo era necessário sempre ter árvores e bambus próximos a vertentes, rios e riachos e manter os animais longe. Mas a diminuição dos territórios quilombolas fez com que o desmatamento em margens de riachos e vertentes que atendem as

comunidades tornasse a água imprópria para o consumo. O que fez com que Seu Cai-Cai do Cantão das Lombas juntamente com seus parentes que residem no quilombo Peixoto dos Botinhas Décio, Edegi, Nico e Laci reflorestassem novamente as áreas que foram devastadas indevidamente pelos fazendeiros. Esta determinação de desapropriação indevida por parte de alguns fazendeiros da região se deu por solicitação do Ministério Público Federal que atendeu a demanda das comunidades. As lideranças mais respeitadas pelas comunidades, se uniram para construir uma cerca de “Valos” e “Taipas” para delimitar os territórios quilombolas e lançar sementes e mudas de plantas nativas da região como de bambu e cipó imbirã para o reflorestamento. Como possuem o conhecimento de quais árvores podem ou não cortar, se mobilizaram também para plantar algumas acácias e eucaliptos para o próprio consumo. Sistemáticamente evitam a derrubada de árvores raras como a figueira e a canela.

Estas séries de prestações de serviços têm como pano de fundo uma dívida em comum para com o território. E é essa grande dívida que faz com que esses grupos familiares habitem territórios diferentes, mas mantenham uma relação intensa de ajuda mútua entre si. O emprego da força de trabalho comum entre os membros das comunidades revela o quanto às relações estão embasadas neste princípio de ação que é a compensação da dívida para com o território.

As comunidades remanescentes de quilombos que se auto-declararam e solicitaram abertura de processo de titulação junto ao INCRA, resistem em seus territórios não por estarem isolados e a margem da sociedade, mas sim por se relacionarem intensamente entre si e assimetricamente com “os de fora”. O que diferencia uma comunidade quilombola são as formas de se relacionarem com os espaços de uso familiar, as relações e prestações entre gerações e as alianças entre famílias e, portanto não apenas o simples fato de erguerem marcadores simbólicos contrastivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: DWYER, E. C. O. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002a.

ANJOS, J. C. G.; ALMEIDA, L. S. Modernidade e anti-modernidade na memória coletiva construída nos territórios negros: São Miguel dos Pretos na Restinga Seca – RS. In: **Humanas**, Porto Alegre, v. 25, n. 1/2, p.33-66, 2002/2003.

ANJOS, J. C. G.; RAMOS, I. C. A. et. al. As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas. In: GEHLEN, I.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. (Org.). **Diversidade e proteção social**: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre. Porto Alegre: Century, 2008a. p. 167-178.

BITTENCOURT JUNIOR, I. C. **Maçambique de Osório entre a devoção e o espetáculo**: nada se cala na batida do tambor e da maçaquia. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Allimard, 1999.

BOURDIEU, P. Será possível um ato desinteressado. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papiрус, 1996. p. 137-156.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 25/04/2007.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.

OLIVEIRA, R. C. **Honra, dignidade e reciprocidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2000.

CASTEL, O. **La réciprocité**: principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution. In: COLLOQUE L'ECONOMIE AU SERVICE DE LA SOCIETE, 2006, Dakar. **Annales...** Dakar: PEKEA, Université Cheik Anta Diop/CODESRIA, 2006.

CHAGAS, M. F. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, 2001.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a Filosofia**. 2. ed. Porto: Rés Editora, 2001. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

DIEGUES, A. C.; VIANA, V. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ESCOBAR, A. **El final del salvaje**: naturaleza, cultura y política em la antropología contemporánea. Bogotá: CEREC/ICAN, 1999.

FERNANDES, M. B. **Ritual do Maçambique**: religiosidade e atualização da identidade étnica. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 39-52, out. 1998.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2002. Disponível em: <<http://www.ibege.gov.br/cidades/default.php>>. Acesso em: 26 set. 2009.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.

LEFORT, C. A troca e a luta dos homens. In: ESCOBAR C. H. (Ed.). **O método estruturalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1951. p. 64-79.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. v. 2. p. 9-48.

_____. Les cycles de la réciprocité. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Les structures élémentaires de la parenté**. La Haye: Mouton, 1967. Cap. 27.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v. 2. p. 49-209.

_____. **Ensaio de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

RAMOS, I. C. A. **O lugar do parentesco na aliança entre um laudo antropológico e um território quilombola**: análise a partir do processo de regularização fundiária do Quilombo Cambará em Cachoeira do Sul/RS. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SABOURIN, E. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE-NORDESTE, 11., 2003, Aracajú. **Anais...** Aracajú: Ed. UFS, 2003.

_____. **Marcel Mauss**: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 131-138, feb. 2008.

_____. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SBS, 2005.

SILVA, V. R. R. **De gente da Barragem a Quilombo da Anastácia**: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/ RS. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

VIAMÃO. Prefeitura Municipal. **Localização**. Disponível em:
<<http://www.viamao.rs.gov.br/viamao/viamao.php?id=4>>. Acesso em: 11 fev. 2007.

_____. Prefeitura Municipal. Quilombolas agradecem o apoio de Viamão. **Notícias**, 4 mar. 2010. Disponível em:
<http://www.viamao.rs.gov.br/viamao/visualizacao_noticias.php?idnoticia=433>. Acesso em: 3 jul. 2008.

WOLF, E. **Antropologia e poder**. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2003a.

_____. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2003b. p. 93-114.

_____. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.